

FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O discurso sobre a ética e a deontologia profissional nos eventos brasileiros de
Ciência da Informação e Biblioteconomia, realizados entre *1991 a 2005*

*Relatório de Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do CNPq
(Processo nº 471281/2007-7, de dezembro de 2007 a dezembro de 2009).*

Florianópolis, SC, 16 de fevereiro de 2010.

SUMÁRIO

- 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS, 3
- 2 RAZÕES PARA A PRESENÇA DO TEMA NAS PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS, 8
- 3 A CENTRALIDADE DO CBBB E SUA ESCOLHA COMO *CORPUS* DO ESTUDO, 17
- 4 SÍNTESE DA PREOCUPAÇÃO COM O TEMA E COM A PRODUÇÃO SOBRE O MESMO NOS ANOS RECENTES, 20
- 5 FUNDAMENTAÇÃO GERAL DO ESTUDO: as perspectivas humana e filosófica, 26
- 6 O AMBIENTE POLITICO, EDUCACIONAL, ECONÔMICO-SOCIAL E DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL DOS ANOS 1991 A 2005, 33
- 7 O MACROAMBIENTE DO TRABALHO E A DISCUSSÃO (CONTRA)POLITICA SOBRE A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1991 a 2005, 48
- 8 METODOLOGIA, ESTRATÉGIA DE AÇÃO E SUPERAÇÃO DE LIMITAÇÕES, 55
- 9 A ANÁLISE DO *CORPUS* DOCUMENTAL ENCONTRADO, 59
- 10 CONSIDERAÇÕES FINAIS, 70
- REFERÊNCIAS/BIBLIOGRAFIA, 75

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este relatório refere-se ao desenvolvimento da pesquisa intitulada *O discurso sobre a ética e a deontologia profissional nos eventos brasileiros de Ciência da Informação e Biblioteconomia, realizados entre 1991 a 2005*. Ele compõe o trabalho conclusivo que integrará a devida prestação de contas, da qual constitui parte. Durante sua execução deu-se o envolvimento do autor na atividade de orientação de dois projetos de iniciação científica do PIBIC/CNPq, respectivamente nos períodos 2007/2008 e 2008/2009, realizados no âmbito do Departamento de Ciência da Informação (CIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo a acadêmica do Curso de Graduação em Biblioteconomia, Katiusa Stumpf como bolsista de iniciação. Também no conjunto dessa pesquisa deu-se a orientação de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Graduação em Biblioteconomia da UFSC, apresentado perante banca examinadora e aprovado em dezembro de 2009, pela acadêmica Katiusa Stumpf. Nesse TCC foi abordada, comparativamente, a presença da temática *Ética* nas publicações periódicas dos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação no Brasil e na Espanha.

A escolha do período de 1991 a 2005 como marco de tempo para exploração do objeto desse estudo levou em conta a circunstância de que vários fenômenos humanos e sociais, de caráter emocional, afetivo, moral, político, econômico, tecnológico, profissional etc. exerceram efeitos muito evidentes sobre a população mundial. Tais efeitos foram resultantes de várias realidades em experimentação no mundo todo, mas com especial vigor nos países ocidentais.

Havia nos anos imediatamente anteriores e naqueles correspondentes a esse período diversas evidências de novas configurações sociais. Pode-se enumerar, por exemplo:

a) existência de expectativas em torno da formulação de estratégias para um futuro governo mundial, potencializada pela experiência em desenvolvimento no âmbito da União Européia como embrião de um Governo Europeu¹;

¹ Os 27 países que actualmente compõem a UE delegaram parte da sua soberania a instituições comuns. (FONTE: EUROPA – o portal da União Europeia, em: http://europa.eu/about-eu/27-member-countries/index_pt.htm. Acesso: 20/01/2010)

b) a expansão da formação de blocos econômicos regionais (MERCOSUL², ALBA³, ALCA⁴, etc.)⁵;

c) busca de consolidação da mundialização da economia, resultante da concertação neoliberal, configurada através do Consenso de Washington⁶;

d) presença de um discurso dos organismos multilaterais, encabeçado por aqueles do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), que amplificava os interesses do capitalismo internacional em prejuízo dos interesses de todas as categorias de trabalhadores;

e) aceleração da informatização dos meios de trabalho, provocando a sucessiva substituição dos trabalhadores do setor industrial por máquinas inteligentes, levando à transformação dos operários em operadores⁷;

f) sucessiva transformação de atividades de serviços em operações de autosserviço em que a inteligência do trabalhador vinha sendo substituída por softwares e a relação trabalhador e cliente passava para a condição de relação terminal de autosserviço e cliente, como no sistema bancário e financeiro, embora significasse para muitos indivíduos a própria representação da sociedade da informação e/ou do conhecimento;

g) eliminação de empregos, levando ao rebaixamento de salários e à formação de conceitos desestabilizadores da moral trabalhadora formada ao longo dos primeiros setenta anos do século vinte.

² MERCOSUL é a sigla de: Mercado Comum do Sul (FONTE: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>. Acesso: 20/01/2010)

³ ALBA é a sigla de: Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (FONTE: http://en.wikipedia.org/wiki/Bolivarian_Alliance_for_the_Americas#Background . Acesso: 20/01/2010)

⁴ ALCA é a sigla de: Área de Livre Comércio das Américas. (FONTE; <http://www.alca-bloco.com.br/>. Acesso: 20/01/2010)

⁵ **Blocos econômicos ou blocos comerciais** são agrupamentos de países que têm como objetivo a [integração econômica](#) e/ou social. Podem ser classificados em quatro categorias distintas: [Áreas ou Zonas de Livre Comércio](#), [Uniões Aduaneiras](#), [Mercados Comuns](#) e [Uniões Econômicas e Monetárias](#). FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Bloco_econ%C3%B4mico. Acesso: 20/01/2010)

⁶ **Consenso de Washington** é um conjunto de medidas - que se compõe de dez regras básicas - formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em [Washington D.C.](#), como o [FMI](#), o [Banco Mundial](#) e o [Departamento do Tesouro dos Estados Unidos](#), fundamentadas num texto do economista [John Williamson](#), do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do [Fundo Monetário Internacional](#) em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Consenso_de_Washington. Acesso: 20/01/2010)

⁷ Este conceito foi apresentado por BRAGA (2009, p. 70).

No interior desses discursos foram expostos conceitos, em muitos casos transformados em palavras de ordem de dirigentes econômicos e políticos estatais tais como o de flexibilização do trabalho, empreendedorismo, empregabilidade e tantos outros que diversos analistas do trabalho vêm examinando, sob várias facetas. (ANTUNES; BRAGA, 2009)

Além disso, no final do século XX foram evocados valores e modelos místicos de corte orientalista fazendo surgir no ocidente toda uma indústria de comunicação e de serviços que simulava o resgate, dentre outros aspectos, da expressão corporal, da religião, da gastronomia e da arquitetura dos países orientais, contemplando os traços de uma mundialização cultural como explicada por Ortiz. De um modo expressivo, autores como CAPRA e PRIGOGINE marcaram presença nessa análise, ao relacionar campos do conhecimento como a Física, com o conhecimento místico, com a espiritualidade, religião, filosofia e saúde.

A sociedade da informação e a sociedade do conhecimento, sob a perspectiva dos interesses do liberalismo econômico, então, eram anunciadas e mercadologicamente exploradas como síntese de uma nova era de bem estar e de múltiplas oportunidades. Com esse perfil, essas sociedades eram analisadas, proclamadas e programadas por futuristas, como TOFLER, sociólogos, como CASTELLS, GIDDENS, BAUMGARTEN (2001) e filósofos, como LEVY ou divulgadores como DYSON, que em suas formas de expressão as representavam do caminho sem volta do fim da história. Igualmente, dava a BERMAN, a percepção de uma desintegração dos modelos então dominantes, utilizando uma expressão marxiana⁸ como título síntese do conteúdo de seu livro: “Tudo que é sólido desmancha no ar”. Isso, em parte, sustentava-se na esteira da derrocada dos projetos nacionais socialistas euroasiáticos, considerados vencidos após a queda do muro de Berlim em 1989⁹. Simultaneamente, eram produzidas reflexões sobre as várias conseqüências de uma realidade social que, sendo impregnada pela excelência da produção de múltiplas tecnologias para incorporação em todos os setores da existência, poderia gerar graves desequilíbrios no âmbito do cotidiano da humanidade. Pode-se ver algumas dessas

⁸ Termo relativo ao autor de O CAPITAL, Karl Marx.

⁹ Este evento simboliza para o capitalismo internacional a noção de que é impossível aos países sustentarem políticas econômicas sãs e serem internacionalmente competitivos nos negócios sem a adoção de políticas econômicas liberais.

avaliações em POSTMAN, SCHAFF e VIRÍLIO. Paralelamente às várias mudanças na ordem econômica, as facilidades oferecidas pelos recursos de informação e comunicação associados à informática, aceleraram o acesso ao conhecimento, acentuando as mudanças que vinham acontecendo, produzindo e sendo produzidas pela internet e, especialmente, pela eclosão da web e da web 2.0..

De outro lado, esses fenômenos, que se acumularam no final do século XX foram se consolidando nos primeiros anos do século XXI, ampliando os efeitos sobre o mundo político, econômico, profissional, educacional e do trabalho. Mas, nos anos recentes, são mais facilmente visíveis as várias implicações negativas sobre setores do universo dos trabalhadores, como examinados em muitos estudos de Sociologia e Trabalho. Dentre esses, são ilustrativos os que compõem a coletânea organizada por ANTUNES e BRAGA e estudos coordenados por BAUMGARTEN.

Os acontecimentos resultantes desse conjunto de significativas mudanças contribuíram para que se forjasse o entendimento de que eles produzem impactos nas profissões e, portanto, modificam as atitudes e condutas de seus membros como constituintes de corpos profissionais com atuação sancionada pela sociedade; também produzem impactos nas atitudes e condutas pessoais dos indivíduos que compõem esses corpos profissionais. Para afirmar de outra forma, esse expressivo conjunto de mudanças modificou ou tendeu a modificar as profissões e os profissionais que, individualmente, delas participavam. (DYSON)

Uma das formas de expressão dessas mudanças se manifesta nos valores pregados no âmbito de cada coletivo profissional e que orientam e dão sentido à atuação de cada indivíduo que dele faz parte, como autor e seguidor de uma moral ou ética profissional. (DURKHEIM, 2002, p. 1-58)

Alguns dos caminhos ou formas privilegiadas de exposição desses valores pessoais e da moral ou ética profissional requereriam a produção de discurso pelos membros dos corpos profissionais; esse discurso seria apresentado como produção de conhecimento por meio da participação de seus autores em fóruns de debate e na produção escrita oriunda desses sob o formato de anais ou coletâneas especializadas.

Nesse sentido, buscar os eventos profissionais para estudar seus seus anais deve ser tomado como recurso qualitativamente significativo para se encontrar o pensamento de um

grupo a respeito de um dado tema, explícita ou implicitamente, que faz parte de seu universo programático. Nessa fonte poder-se-á analisar as diversas contribuições individuais que foram expostas a respeito desse tema (a ética profissional aqui em foco), transformado-o em objeto de estudo ou negando-o. Com essa percepção, e tendo em vista a temática proposta, foram buscados os anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) referentes ao período de 1991 a 2005. O objetivo geral do estudo foi conhecer os fundamentos filosóficos e doutrinários, as temáticas e abordagens e as tendências da discussão sobre Ética e deontologia profissional explicitadas nas contribuições apresentadas nas edições do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizadas no período de 1991 a 2005.

Nas seções a seguir serão apresentados os capítulos subseqüentes deste relatório, iniciando com uma análise da presença do tema nas práticas de profissionais brasileiros de Biblioteconomia e Ciência da Informação refletida na sua produção escrita.

2 RAZÕES PARA A PRESENÇA DO TEMA NAS PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS BRASILEIROS DE BIBLIOTECONOMIA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E OS PRIMEIROS MOVIMENTOS

A Biblioteconomia e a Ciência da Informação praticadas no Brasil têm distintas características quanto aos momentos históricos em que se instalam seus ambientes de formação de quadros profissionais, quanto às mudanças que ocorrem na configuração curricular em diferentes momentos e em relação às suas finalidades (CASTRO). Ambas compõem-se como campos de práticas e de conhecimentos que chegam ao Brasil como teoria e prática já consolidadas em países de cultura e economia fornecedoras de produtos e serviços mais complexos que os então existentes no país. Nesse sentido, são tecnologias a serem assimiladas e internalizadas como instrumentos que promovem melhores condições aos produtores de bens e serviços no Brasil para disputar uma melhor participação na economia e na política internacionais. Assim, constituem suprimento para o desenvolvimento ou fortalecimento de suas políticas internas visando à melhora das condições locais para formar recursos humanos e desenvolver potencial de melhor participação em âmbito internacional.

Considerando essa situação, a Biblioteconomia ingressa no país ainda como uma prática laica associada à educação jesuítica, no século XVI; mais tarde, em um segundo momento, como uma prática civil associada à coleção imperial, no século XIX, decorrente da chegada na cidade do Rio de Janeiro, em 1808, da família imperial portuguesa. Essa coleção foi disponibilizada para acesso aos intelectuais a partir de 1810 e para o acesso da população em geral, a partir de 1814¹⁰.

A preparação de quadros profissionais, com um saber biblioteconômico mais sistematizado, tem início em 1915 na Biblioteca Nacional. Essa formação visava atender à capacitação em serviço, de pessoal destinado a assegurar o funcionamento daquela instituição.

Deve-se observar que outras circunstâncias estão associadas a essa trajetória de ingresso e desenvolvimento da prática e do ensino de saber biblioteconômico no Brasil.

¹⁰ Informação disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Biblioteca_Nacional_do_Brasil#Mudan.C3.A7a_para_o_Rio_de_Janeiro. Acesso em: 21/01/2010.

Deixando de lado nesta análise o período colonial, verifica-se que no âmbito da gestão pública o estado brasileiro foi governado por um poder monárquico de 1808 até 1889, quando um golpe militar destituiu o imperador de então, D. Pedro II e instaurou a República. De 1899 até 1930 teve-se, conforme a classificação histórica predominante, a chamada primeira república, ou república do café com leite. Esta denominação decorre da predominância, em sistema de alternância, de representantes de São Paulo (café) e Minas Gerais (Leite) nas funções de presidente e de vice presidente da república.

Por todo o período que vai de 1808 até 1930 o país tinha uma economia predominantemente extrativa em um ambiente de produção majoritariamente rural. Nesse caso, o uso da informação para fins de produção econômica era muito restrito. Assim, a escolarização então oferecida para a população era de limitado alcance e as bibliotecas eram ambientes à disposição dos poucos homens de letras e, por isso mesmo, eram pouco difundidas¹¹. Por essa razão, a formação de quadros profissionais bibliotecários, quando tem início, modela-se largamente pelo traço institucional como feito pela Biblioteca Nacional, ou seja, visava sobretudo à conservação das coleções, consideradas recursos patrimoniais e não bens de consumo¹².

Em 1930, através de um golpe de estado, assumiu a chefia do Governo do Brasil um grupo político comandado por Getúlio Vargas, vindo do estado do Rio Grande do Sul, que apresentava como proposta básica a modernização do país, tanto no âmbito econômico quanto em relação ao modelo de gestão do estado. A partir de então, a economia vai progressivamente agregando ao extrativismo um elenco de indústrias de transformação o que, no longo prazo, ampliará a necessidade de disponibilização de educação escolar para segmentos mais amplos da população. Com esse perfil, o uso da informação para fins de produção econômica começa a se tornar mais efetivo. Igualmente, a mudança estrutural do Estado criará condições para que as bibliotecas possam vir a ser reconhecidas, com efeito prático nas décadas seguintes, como instrumentos à disposição das massas populacionais, caminhando com muitos obstáculos para a sua oferta mais ampla. Nessa circunstância, a formação de quadros profissionais bibliotecários modelava-se largamente pelo viés da

¹¹ Dados do IBGE agregados em SOUZA (2009, p. 183.) mostram que no ano de 1912 o número de bibliotecas no Brasil era de 465, para uma população total em torno de 17 milhões de pessoas.

¹² Somente em 2003, com a sanção da Lei do Livro (LEI Nº 10.753, de 30 de outubro de 2003) é que, pelo seu artigo 18, foi tornada legal a noção do livro como item de consumo no patrimônio material das bibliotecas públicas brasileiras.

gestão de coleções, predominando a idéia da disponibilização dos acervos tecnicamente organizados. Sob esse ponto de vista, mais que a conservação de acervos passava a interessar a circulação dos documentos neles existentes. Essa concepção revela-se forte a partir da criação do Curso de Biblioteconomia, em 1937, pelo governo do município de São Paulo. Frise-se que o estado de São Paulo, nessa época, era o lugar onde tinham origem as idéias de modernização¹³ implantadas, a seguir, no estado federal brasileiro, pela ditadura do Estado Novo, que dirigiu os destinos do país a partir de 1937.

É no contexto histórico do Brasil pós 1930, – decorrente de um projeto ditatorial que visava transformar o país de um nicho de produção extrativa, uma grande fazenda, em um país também de perfil industrial – que se requer da Biblioteconomia a formação de pessoal capaz de fazer mais que a conservação de coleções; passa a ser necessária uma Biblioteconomia que favoreça a preparação de bibliotecários que incorporem como um valor profissional o acesso da leitura às massas¹⁴.

Simultaneamente a esse momento de mudanças no ambiente brasileiro, sabe-se que a II Guerra Mundial, que ocorreu de 1939 a 1945, deu origem à formação do campo da Ciência da Informação, especialmente nos Estados Unidos da América, com a intuição de Vanevar Bush (OLIVEIRA, 2005c). O propósito inicial a ser atendido era a promoção de estudos que permitissem a definição de tecnologias para a recuperação célere de informações contidas em documentos cujo conteúdo dispusesse de conhecimentos

¹³ Essas idéias vinham em conjunto ou como parte dos investimentos culturais e educacionais que as gerações paulistas mais novas do ramos familiares tradicionais tomaram a iniciativa e o risco de realizar. Um testemunho da época é dado por Lévi-Strauss, em *Tristes Trópicos* com relação à criação da USP: “Nossos estudantes queriam saber tudo: mas, em qualquer campo que fosse, só a teoria mais recente parecia merecer-lhes a atenção. (...) A universidade apresentava-se para eles como um fruto tentador, mas envenenado. Para esses jovens que não tinham percorrido o mundo e cuja condição muitas vezes modestíssima privava da esperança de conhecer a Europa, nós havíamos sido levados como magos exóticos por filhinhos de papai duplamente execrados: primeiro, porque representavam a classe dominante, e depois, em virtude mesmo de sua existência cosmopolita que lhes conferia uma superioridade em relação a todos os que haviam ficado na cidade pequena, o que os isolava da vida e das aspirações nacionais.” (p. 98-99).

¹⁴ Em geral admite-se que essa idéia está associada ao modelo de educação bibliotecária dos Estados Unidos da América (EUA) que se inicia em na cidade de São Paulo no final da década de 1920 no, então, Mackenzie College e reforça-se na década de 1930, com a criação do Curso de Biblioteconomia no Departamento de Cultura do Município. Atrás dessa adoção estão personalidades como Rubens Borba de Moraes, de um lado, e Monteiro Lobato, de outro, como difusor de idéias ditas modernas. Lobato foi, de 1927 a 1930, adido comercial do Brasil nos EUA de onde continuava a produção de suas crônicas, artigo e cartas para o Jornal o Estado de São Paulo, do qual era colaborador. Em uma das cartas, mais tarde reunidas no livro *América*, Lobato exalta o seu modelo de país, quando fala da Biblioteca da Universidade de Colúmbia que lhe permite construir uma sentença em que se encontra a seguinte síntese: UM PAÍS SE FAZ COM HOMENS E LIVROS. (LOBATO, 1980)

largamente úteis e utilizáveis para fins de expansão econômica e sustentação militar daquele país.

Por força de acordos bilaterais, logo em seguida, o Brasil viria a se beneficiar desse conhecimento da Ciência da Informação, por duas circunstâncias:

1) Apoio estatal institucional ao desenvolvimento científico, com a criação do CNPq¹⁵, em 1951 e

2) Implantação de estrutura estatal de apoio à formação de pessoas para com isso dar base ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, com a criação da CAPES¹⁶, em 1951.

Essa circunstância evidencia a existência de uma economia nova, um estado novo, uma biblioteconomia nova¹⁷ que podem ser articulados em torno da assimilação da Ciência da Informação, como instrumento de mútuo envolvimento. Pode-se intuir que um cenário diferente se constituía composto por três fatores:

a) os líderes do mundo econômico nacional passavam a ver um caminho para o país tornar-se internacionalmente mais competitivo;

b) o estado reestruturado visava ao desenvolvimento econômico e social da nação e

c) a biblioteconomia tratava documentos como recurso a ser disponibilizado para o atendimento à grande massa populacional.

A implicação disso, evidente ou não naquele momento, era a idéia do fomento à recuperação da informação. Este aspecto levou os bibliotecários atuantes em organismos estatais mais diretamente envolvidos com os projetos orientados ao desenvolvimento ou fomento de ciência e tecnologia industrial, agrícola, etc. a defenderem a Documentação, como conhecimento de domínio dos bibliotecários¹⁸. Na mesma linha, argumentavam que a formação de Documentalista, nome inicialmente adotado para Cientista da Informação no Brasil, deveria ser realizada nas Escolas de Biblioteconomia e Documentação.

¹⁵ Sigla atual de: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Na época de sua criação o nome do órgão era: Conselho Nacional de Pesquisas.

¹⁶ Sigla atual de: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Na época de sua criação o nome do órgão era: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

¹⁷ Essa denominação foi atribuída por Laura Russo (1966) e é objeto do estudo de SOUZA (2003).

¹⁸ ARAGÃO e FREITAS afirmam: É neste congresso (II CBBDD) que se inicia o movimento de organização da classe com vistas ao seu reconhecimento profissional. O Congresso acrescentou o termo Documentação em 1959. (p. 62)

No campo da Ciência da Informação, começam a ser preparados os primeiros especialistas brasileiros em ICT, no ano de 1955. Porém, essa ação não foi realizada através de Escolas de Biblioteconomia, mas pelo Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD)¹⁹ através do Curso de Pesquisas Bibliográficas, como uma especialização pós-graduada. Esse Curso foi o ponto e partida para a instituição em 1970 do Curso de Mestrado em Ciência da Informação.

A partir de então surgiu uma situação de ambiguidade quanto aos limites dos campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação no país. Essa ambiguidade promoveu o ambiente para que se desse a constituição, também, de cursos de Mestrado em Biblioteconomia, cujos primeiros foram instalados ainda na década de 1970 nas seguintes instituições: Universidade Federal de Minas Gerais (1976), Pontifícia Universidade de Campinas (1976), Universidade Federal da Paraíba (1978) e Universidade de Brasília (1978). Mais tarde, surgiram novos Cursos de Mestrado, ora em Biblioteconomia e Documentação, ora em Ciência da Informação. Na década de 1990 deu-se uma progressiva redenominação dos Cursos de Mestrado em Biblioteconomia para Cursos de Mestrado em Ciência da Informação ou Ciência da Informação e Documentação.

Essa ambiguidade não elide o fato da temática Ética profissional ser uma preocupação maior dos bibliotecários que de cientistas da informação. Para os cientistas da informação brasileiros, em razão de um movimento internacional é que a questão ética passa a ser de interesse, em anos recentes, com o rótulo Ética na Informação²⁰.

Ao se retomar os primeiros movimentos realizados pelos profissionais bibliotecários, orientados para a discussão de questões sociais básicas implicadas em sua atuação, vê-se que, no Brasil, o embrião da temática ética bibliotecária aparece já há muito tempo. Ela está implícita já no I Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, de 1954, redenominado para Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBD) a partir de sua segunda edição. As contribuições apresentadas e as recomendações extraídas ao final dessa edição do evento apontam para uma preocupação que parte de aspectos mais fundamentais presentes no país, pois incorpora as idéias de cooperação, simplificação de

¹⁹ Em 1977 esse órgão foi transformado no IBICT – Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica.

²⁰ O GT6 da ANCIB incluiu em sua nova ementa, aprovada em 2008, o tópico *Ética nas profissões da informação* como expressão dos interesses de pesquisa de parte de seus membros.

processos, intercâmbio bibliotecário. Dentre os títulos dos “papers” encontra-se: “Sugestões para uma cooperação intensa entre as bibliotecas especializadas do Brasil” (de Sully Brodbeck); “Simplificação dos processos técnicos de catalogação e classificação nas bibliotecas” (de Maria Letícia de Andrade e Lima) e “Bibliotecas públicas e intercâmbio” (de M. da Nóbrega). As recomendações finais deste I CBBB apontam para soluções, cuja efetivação produziria a expansão de serviços. “Que se organize um código para a catalogação de livros infantis, contendo as regras essenciais para a organização de um catálogo redigido de maneira muito clara, com abundância de notas explicativas tendo em vista a sua provável utilização por elementos estranhos à biblioteconomia”; “Que se organize uma lista abreviada de cabeçalhos de assuntos que inclua os tópicos mais frequentemente encontrados nas bibliotecas infantis”; “Que se organize uma adaptação resumida da classificação decimal de Dewey, de acordo com as necessidades das bibliotecas infantis, para ampla divulgação entre professores primários, responsáveis por clubes infantis, assistentes sociais e dirigentes de parques infantis”; “Que seja organizado e incentivado o empréstimo inter-bibliotecário a bem da economia geral e do melhor aproveitamento de verbas individuais”; “Que [o Governo] facilite por todos os modos possíveis a entrada no país, ou aquisição, por parte dos interessados, de todo o material necessário à impressão e disseminação de livros”; “Que [o Governo] facilite a construção e manutenção de bibliotecas públicas, em número cada vez maior, em todos os recantos de todo o território nacional”; “Que [o Governo] impeça que as nossas bibliotecas sejam devassadas, expurgadas ou de alguma maneira fiquem sujeitas à ação policial”; “Que [o Governo] impeça que se estabeleça, em tempo algum, em nome de quem ou do que quer que seja, sob não importa que pretexto, qualquer forma de censura, por mais leve que seja, do que pode ser adquirido por bibliotecas brasileiras e nelas conservado para leitura e consulta dos interessados”; “Que se aconselhe [ao ensino da Biblioteconomia no Brasil] a gratuidade absoluta nas Escolas e Cursos de Biblioteconomia”. Essas recomendações espelham a compreensão de compromissos éticos tomados pelos membros de uma profissão cuja atuação incide diretamente sobre uma população muito carente do país como crianças e público de áreas urbanas periféricas; assim como sobre circunstâncias de forte apelo humano: rejeição da ação policial sobre os conteúdos das bibliotecas; rejeição de censura e gratuidade do ensino.

Esses primeiros movimentos foram liderados por bibliotecários que, como quase pioneiros na construção de uma prática biblioteconômica adequada para atender as necessidades das populações do Brasil, assistiam mais intensamente as transformações sociais e econômicas do país e refletiam sobre a conduta que deveria orientar a sua atuação pessoal e profissional. Nota-se que os “papers” apresentados no II CBBBD apontam para preocupações direcionadas à profissão de bibliotecário, às bibliotecas infantis, escolares, públicas, ao intercâmbio e à documentação. Alguns de seus títulos são: “A sala Braille da biblioteca infantil” (de Maria Cecília da Cunha Ferraz); “Organização do serviço de bibliotecas ambulantes do SESC do Paraná”; “Organização e atividades das bibliotecas ambulantes e circulantes do SESC do Rio Grande do Sul”; “Biblioteca Infantil como centro de educação da comunidade” (de M. Leticia de Andrade Lima); “Bibliotecas em conjuntos residenciais” (de Umberto Peregrini) e “Intercâmbio biblioteconômico (permuta)” (de Rubens Acioli Prado). As recomendações finais do II CBBBD apresentam respostas significativas às necessidades das populações brasileiras. Podem ser destacadas, dentre elas: “Que todos os municípios mantenham uma Biblioteca Pública, com o mesmo interesse que põem na alfabetização”; “Que os Estados, nas capitais e nos Municípios, considerem a oportunidade da criação de Bibliotecas Circulantes, como serviço de extensão de suas Bibliotecas Públicas enciclopédicas”; “Que as livrarias facilitem aos seus balconistas a aquisição de conhecimentos que os preparem para atender eficientemente ao público leitor”; “Que os bibliotecários de todo o Brasil ofereçam sugestões quanto às características que devam ter as Bibliotecas instaladas em conjuntos residenciais (vilas ou blocos de apartamentos)”; “Que os Diretores de Bibliotecas em todo o Brasil propugnem pela instalação de pequenas “bibliotecas familiares” no âmbito dos agrupamentos residenciais criados pelas condições da vida moderna, principalmente nas grandes cidades”; “Que se faça sentir ao Governo (Federal, Estadual e Municipal) a necessidade de contemplar com uma “biblioteca-familiar” todas as construções residenciais de sua responsabilidade, capazes de abrigar de 200 famílias para cima”; “Que os serviços de extensão bibliotecária, quando existentes em bibliotecas públicas, considerem a possibilidade de incluir os estabelecimentos de ensino entre os pontos de distribuição de seus recursos”; “Que o governo crie Bibliotecas Infantis em todas as capitais e cidades brasileiras”; “Que em toda biblioteca infantil seja dada importância especial ao ajustamento social dos pequenos

leitores, aproveitando-se todas as oportunidades que surgirem para a formação de clubes infantis”; “Que todas as bibliotecas infantis, organizem uma sala Braille, ou possuam livros para crianças cegas” e “Que procurem fazer com que a criança cega tome parte ativa na Biblioteca, quer em festas, comemorações, etc.”

Essas recomendações espelham a compreensão de compromissos éticos tomados pelos membros de uma profissão cuja atuação incide diretamente sobre populações carentes do país como crianças e público residentes em áreas urbanas periféricas; crianças cegas; populações de conjuntos habitacionais populares, etc.

Ainda enfocando esses movimentos iniciais é no III CBBB, realizado em 1961, que fica mais evidente a ambigüidade existente no discurso de bibliotecários e documentalistas (futuros cientistas da informação). As idéias se tornam mais diversificadas. O mais tradicional parecer estar situado no ambiente bibliotecário, como naturalizado e o mais novo, expresso pela documentação, como ligado ao moderno do mundo industrial. Isso fica bem mais visível, então, do que nas edições precedentes do CBBB. Destaca-se que dentre as comunicações apresentadas predomina o enfoque sobre processos técnicos. Contudo algumas das comunicações ainda partiam de um discurso que focalizava mais nitidamente aspectos sociais: “Bibliotecas satélites” (de Júlio Moreira e Rosala Garzuze); “O auxiliar de biblioteca e sua formação profissional” (de Heloisa de Almeida Prado) e “Plano de Assistência às bibliotecas escolares” (de Maria de Lourdes Tito). Nesse III CBBB Laura Moreno Russo apresenta um trabalho intitulado “Deontologia e ética profissional”, como um marco a alertar os bibliotecários para a necessidade de estabelecer perante à sociedade e perante os próprios colegas e futuros ingressantes na profissão qual o alcance e os compromissos de sua atividade. As recomendações retiradas ao final desta edição do evento apontam para um leitor como um complexo social e psicológico já antecipando a ideia do usuário da informação que seria mais difundida nos anos seguintes e para as responsabilidades de um ensino de Biblioteconomia capaz de preparar pessoal nos níveis superior e auxiliar para atender às demandas sociais. Veja-se dentre as recomendações: “Que [o ensino de Biblioteconomia] intensifique, em seus currículos, o estudo das ciências necessárias a uma melhor compreensão do leitor, seus interesses e hábitos”; “Que [o ensino de Biblioteconomia] preocupe-se com o conhecimento da comunidade, treinando os futuros bibliotecários na observação do meio social, para dar base sólida ao planejamento de seu

trabalho junto ao público” e “Que seja organizado nas Escolas de Biblioteconomia o curso para auxiliar de Biblioteca”. E nessa edição do evento se estabelece como recomendação: “Que se crie um Código de Ética profissional do Bibliotecário”.

Por todas essas discussões o CBBB tem uma presença central na cultura e no discurso profissional do bibliotecário brasileiro. É um espaço de convergência do debate e de propagação de ideais e expectativas de formulação de políticas públicas em favor dos leitores e usuários de bibliotecas. Sobre essa centralidade se falará no tópico a seguir.

3 A CENTRALIDADE DO CBBB E SUA ESCOLHA COMO *CORPUS* DO ESTUDO

Como foi referido no tópico anterior, o CBBB representa um espaço de grande relevância para o tratamento dos grandes temas de interesse da categoria bibliotecária brasileira. Dentre esses está a Ética Profissional. Pode-se dizer que foi neste Congresso onde o tema foi mais efetivamente lançado a análise, culminando com a proposição de criação do Código de Ética profissional.

Uma descrição da trajetória histórica do CBBB está sintetizada no texto exposto como Relatório Final de sua edição de 2007 (CÔRTE; LIMA, 2007). Seus autores expõem de modo a que (2007, p.06) se perceba que em cada década foram nele apresentados novos temas para análise e discussão. O teor desse relatório nem sempre coincide com o conteúdo sintetizado por FERREIRA (1979). De acordo com a percepção de Corte e Lima “Questões sempre presentes nos congressos abordaram a formação profissional e os processos técnicos”. Eles destacam que ainda na década de 1950 as duas edições do Congresso proporcionaram reflexão e análise da atuação, competência e compromisso do bibliotecário na acessibilidade e difusão da informação, ao tratar das relações entre bibliotecários, editores e livreiros. Conforme eles, já no segundo CBBB iniciaram-se as discussões sobre a organização da categoria profissional em movimento associativo. Para eles na década de 1960 os profissionais parecem ter percebido a importância das bibliotecas no processo educacional brasileiro e, assim, foram inseridas as discussões sobre o comportamento ético e o intercâmbio entre bibliotecas. Além disso, também destacam a importância de observar que no final desta década foram introduzidos na agenda de discussões, os conceitos de “Informação Científica” e “Ciência da Informação”. Eles afirmam que na década de 1970 a sociedade presenciava o famigerado milagre econômico brasileiro e os temas centrais dos Congressos estiveram voltados para a relação das bibliotecas com o desenvolvimento econômico e social, o compromisso social das bibliotecas, o enfoque sistêmico, as tentativas de implantação do Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNICT). Neste período surgiram os Centros de Documentação, e se afirmaram os Sistemas de Informação especializados, como o Sistema de Informação Agrícola, o Sistema de Informação em Transportes e a Comissão de

Publicações Oficiais Brasileiras, que foi criada como resultado das recomendações do VIII CBBBD realizado em Brasília.

De acordo com Côrte e Lima (2007) a década de 1980 viu chegar a democracia no Brasil em decorrência da queda do regime militar e, mais uma vez, a categoria profissional acompanhou os passos da sociedade brasileira discutindo, em seus congressos, a informação numa sociedade democrática, a biblioteca como instrumento de educação permanente, a informação, desenvolvimento nacional, cultura, comunicação, ciência e tecnologia, a informação no século XXI, informação em uma sociedade democrática, influência da problemática econômica no hábito de leitura, a questão profissional, a biblioteconomia e a interface com outras profissões, biblioteca e democratização da informação e o gerenciamento da informação.

Conforme a percepção de Côrte e Lima (2007) observa-se nas pautas das edições do Congresso realizadas na década de 1990 o alcance do tema sobre o processo de modernização e uso das tecnologias de informação que se desenhava no dia a dia do cidadão. Isso teria privilegiado a informação e novamente o desenvolvimento econômico e social, as questões de transferência de informações no limiar do ano 2000 e os cenários da Biblioteconomia em face da globalização da informação.

Côrte e Lima (2007) acreditam que o século XXI iniciou-se trazendo, para o CBBBD, discussões sobre temas importantes e constantes da agenda nacional. As discussões versavam sobre o exercício da cidadania, a melhoria da qualidade de vida, deu-se ênfase para temas como a informação para a cidadania, o profissional da informação do novo milênio e a dimensão humana, política e econômica da informação. Esses temas preencheram a agenda das discussões profissionais.

Por fim, Côrte e Lima (2007) consideram que no momento atual percebe-se que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) fazem parte do dia a dia do cidadão e os temas sociedade da informação e do conhecimento fazem parte da agenda nacional.

Em sua síntese, os autores deixam por subentendido que as temáticas do CBBBD, em cada uma de suas edições, trataram do estado da arte das questões relacionados com os fenômenos da biblioteca, da documentação e da informação no contexto da sociedade brasileira.

Esse traço de atualidade no CBBB, comprometido com os fenômenos mais evidentes no cotidiano profissional dos bibliotecários, revela a capacidade que os organizadores e participantes do evento sempre tiveram no sentido de constituir uma vanguarda intelectual e profissional. É por conta de suas escolhas temáticas que se pode discutir dois aspectos relacionados à Ética profissional:

a) O que buscavam responder quando trataram desse tema e, por isso, como tratavam dele e

b) O que produziram como resultado de seu esforço e a que dinâmica social e profissional submeteram esse resultado.

Isso certamente tem relação com o modo como viam seu papel na sociedade, de um lado e sua capacidade de produzir mudanças de outro.

Há dois movimentos que parecem chocarem-se. De um lado, pode-se afirmar que os organizadores e participantes do evento nas primeiras edições do mesmo percebiam o movimento da sociedade e o tratavam por um discurso prático como base de uma possível política profissional; de outro, não se percebe claramente que as ações propugnadas geravam uma discussão e uma produção de documentos que sintetizassem uma fundamentação filosófica ou epistemológica na mesma proporção das ações sugeridas.

Por essa razão, os anos das duas últimas décadas, com o recorte de 1991 a 2005, tão carregados de transformações e de certo modo similares aos anos das décadas de 1950 e 1960 foram os escolhidos para o estudo que ora se relata.

O tópico que segue trata da abordagem da temática Ética, Moral e Deontologia profissional, no âmbito da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, com a finalidade de se dispor de elementos comparativos quanto à produção em outras fontes e diferentes contextos de sociedade.

4 SÍNTESE DA PREOCUPAÇÃO COM O TEMA E COM A PRODUÇÃO SOBRE O MESMO NOS ANOS RECENTES

É relevante para a reflexão sobre esta temática que se considere a existência de um ambiente nacional e internacional que de forma isolada ou conjunta contribui para a produção de interesse ou preocupação com a definição das condutas profissionais mais adequadas à atenção das demandas da sociedade.

A percepção sobre como conduzir-se no atendimento a essas demandas constitui uma significativa tomada de atitude do respectivo corpo de profissionais. Esse corpo, coletivamente, delibera sobre um elenco de princípios ou uma deontologia capaz de expressar com a maior clareza possível seus compromissos na relação que estabelecerão com os usuários de seus serviços.

Assim, a deliberação em torno da ética profissional para fins da definição dos princípios ou da deontologia a serem adotadas pelo grupo leva em conta pelos menos o contexto histórico, social, econômico e político do país. Desse modo, a expressão desses princípios ou deontologia expõe um texto aberto a modificações, conforme as mudanças de configuração da respectiva sociedade. É essa capacidade de manter-se atento ao movimento da sociedade que assegura uma boa relação profissional dos membros de uma profissão com sua clientela.

Sob esse ponto de vista, o surgimento da percepção da necessidade de definição ou modificação em dado país de um conjunto de princípios de conduta profissional ou uma deontologia bibliotecária dá-se em épocas ou momentos diferentes. No Brasil, vê-se no tópico 2 acima que essa percepção vai se constituir lentamente nos anos da década de 1950 e é exposta no início da década seguinte. Em outros países isso se deu em outros momentos (FERNANDEZ ZAMORA, 2003).

No ambiente europeu isso deu-se ao longo do século XX para as definições iniciais e em todo o século e também no século XXI para as modificações que foram exigidas pelo movimento da sociedade.

Como ocorre com todo e qualquer conhecimento, também nesse caso são feitos estudos sobre o que já foi produzido em outras sociedades, considerando dois fatores: a) A existência de reações, desejos e interesses comuns de parte de todas as pessoas; isso

constitui o sentido das relações humanas e b) A semelhança da atuação técnico e profissional decorrente do conhecimento científico e da sua aplicação técnica que constitui um acervo comum de conhecimento de todos os atuantes na respectiva área de atuação.

A propósito de fomentar a discussão acerca da criação de um Código de Ética profissional bibliotecário na Espanha, Bustamente Rodriguez e Padial Leon (2003), situam o surgimento do primeiro Código de Ética profissional bibliotecário em 1948, nos Estados Unidos. Esse dado é divergente de dado encontrado em fonte mais antiga (CÓDIGO..., 1972), onde se afirma a adoção nos Estados Unidos do Código de Ética Bibliotecária pela American Library Association (ALA) desde 1939 (CÓDIGO..., 1972). Contudo o que se pode destacar nesta análise é que entre a constituição do grupo profissional e o estabelecimento de seu Código de Ética podem decorrer anos de consolidação das práticas profissionais em contínua definição. Essa constatação, considerando-se que a ALA foi criada (sob a liderança de Melvil Dewey), em 1876, leva em conta que tal código quando estabelecido pela primeira vez há mais de sessenta anos da criação da entidade.

O site da IFLA²¹ constitui uma fonte importante para se acompanhar a produção de documentos deste teor. Através do termo Ethics, pode-se ter acesso, em dezembro de 2009, aos Códigos de Ética de 36 Associações nacionais, associados ao link “Professional Codes of Ethics for Librarians”. Dentre esses documentos se constata que o código da Associação Japonesa de Bibliotecários vigente em 2009 foi adotado em 1980, mas a origem de sua redação remonta a 1953. Em vários países africanos ou em países formados pela dispersão da antiga URSS há comunidades profissionais bibliotecárias que produziram Códigos de Ética recentemente.

Sob outro ângulo, quando se trata o tema fazendo predominar a ideia de trabalho profissional com a informação sobre a ideia de trabalho profissional na biblioteca, estabelecendo-se uma diferenciação de demandas de serviços por distintos usos e usuários de conteúdos, vê-se dois aspectos: a) um certo afastamento da adoção do Código de Ética dos Bibliotecários e b) a novidade em torno da informação como mercadoria insumo para produção de bens e serviços, o que a associa à informática e a sistemas. Nesse sentido, a

²¹ Sigla de International Federation of Library Associations and Institutions. Esta entidade foi fundada em 1927 em Edimburgo, na Escócia. Atualmente está sediada em Haia, na Holanda, e sua finalidade é atuar como o principal organismo internacional de representação dos interesses da biblioteca e serviços de informação e de seus usuários. Coloca-se como porta voz mundial da biblioteca e dos profissionais da informação.

ética na informação aparece como um campo de interesse novo, envolvendo mais a documentalistas e cientistas da informação que a bibliotecários. A respeito, Froehlich (2004) mostra que nos Estados Unidos da América o campo da ética na informação tem pouco mais de 20 anos de história, puxando junto vertentes de biblioteconomia no início e em seguida de ética na informática. Ele diz, por exemplo, que uma das figuras-chave no campo é Robert Hauptman, que escreveu várias obras e artigos sobre questões éticas. Um dos títulos mais conhecido e básico é ‘Ethical challenges in librarianship’ (Desafios éticos na Biblioteconomia). Este trabalho abordou algumas áreas problema de Biblioteconomia: censura, privacidade, acesso à informação, o equilíbrio no desenvolvimento a coleção, direito autoral, uso justo, códigos de ética, e problemas de cidadania, para citar alguns. Neste momento, quando as escolas de biblioteconomia e informação discutem questões éticas, estas questões seriam incluídas no conteúdo de alguns outros grandes assuntos: por exemplo, um curso de serviço de referência poderia discutir as questões éticas em referência, tais como a competência no fornecimento de informação adequada ou correta. No entanto, não houve cursos cuja preocupação única fosse as questões éticas no domínio da biblioteconomia e ciência da informação. Quando cursos exclusivamente dedicados à ética surgiram na América, eles tenderam a afastar-se de uma preocupação com as questões de ética em biblioteconomia para uma preocupação mais ampla das questões de ética da informação científica, da tecnologia da informação e da informação na sociedade. De fato, mesmo em seu início, o interesse de preocupação da ética na informação passou para outras áreas: ética na informática, ética em sistemas de informação, questões éticas em gestão de sistemas de informação e política de informação. (FROEHLICH, 2004).

Cronologicamente, essa novidade repercute no cenário mundial nos últimos anos. A presença do Internacional Center for Information Ethics (ICIE), coordenado por Rafael Capurro, conta com onze anos, desde a sua criação em 1999.

Olhando-se para o ambiente brasileiro, também se enxerga o efeito desse movimento internacional recente, associado com a ambiguidade dada pela confluência dos espaços de atuação profissional de bibliotecários e cientistas da informação. Iniciativas da FEBAB, através de suas associações filiadas permitem ver a força de sua percepção quanto às necessidade da clientela de ICT no país. Nesse sentido, um dos mais significativos eventos sobre a temática – o Simpósio Internacional de Propriedade Intelectual, Informação

e Ética (CIBERÉTICA), foi realizado em Florianópolis, SC, em 1998 em primeira edição e em 2003 em segunda edição.

Além disso, em face da tradição da Ética Profissional bibliotecária no país vê-se outras expectativas em desenvolvimento. A primeira gira em torno da ampliação da difusão da problemática e isso leva à segunda que tem relação com o acompanhamento da qualidade da formação de bibliotecários em relação às questões vinculadas, a qual aponta para a necessidade do melhor conhecimento da bibliografia empregada nos cursos de graduação em Biblioteconomia e também à análise da produção escrita.

Nessa direção, em 2006, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) publicou um folheto intitulado BIBLIOGRAFIA SOBRE ÉTICA: fundamentos e ética profissional do Bibliotecário: 2003-2005. Esse documento lista o total de 334 referências de textos que foram arrolados em programas de ensino de disciplinas específicas sobre Ética Profissional ou de tópicos de disciplinas em que se faz a abordagem dos temas relativos à ética e deontologia profissional em Cursos de Biblioteconomia oferecidos no Brasil. Tal relação inclui textos clássicos: de filósofos (entre outros, Aristóteles (Ética a Nicômaco), Cícero (Dos deveres), Espinosa (Pensamentos metafísicos); de sociólogos (como Durkheim (L'éducation morale), Maffesoli (No fundo das aparências)) bem como inclui outros textos que expõem discussões com foco mais aplicado ao campo da Biblioteconomia. Na sua maior parte, trata-se de textos publicados no Brasil, dos quais pouco mais de 30 foram divulgados em periódicos.

Cabe destacar que essa listagem não trata de produção referente ao período nela indicado. O período de 2003-2005 a que se refere diz respeito tão somente aos anos de realização da coleta “nas principais bases de dados de instituições de ensino superior e de pesquisa, acerca do tema ética” (p. 9).

Em 2007, na programação do fórum da região sul de estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação (IX EREBD-SUL, realizado 28 de abril a 01 de maio), foi apresentado trabalho sobre a temática. Proposto por Monica Aranha, o texto intitulado “A contribuição do profissional da informação na transformação social: desafios e perspectivas de uma sociedade inclusiva”, acentuava o propósito de identificar a presença da discussão de temas relacionados à ética na produção científica brasileira de Biblioteconomia e Ciência da Informação, visando, dentre outros fatores a: “identificar as

publicações periódicas brasileiras na área de Biblioteconomia e Ciência da Informação que mais têm se voltado para a discussão de questões éticas”. Nessa identificação, a autora constatou a baixa produção de artigos.

Em 2008, BUFREM e outros apresentaram contribuição sobre o volume de produção e o tratamento dado ao tema ética em periódicos brasileiros do campo da Ciência da Informação, num período de trinta e sete anos, isto é, de 1970 a 2006. As autoras utilizaram a base de dados BRAPCI (Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação) composta do total de 4.212 artigos publicados. Para a recuperação do dados, utilizaram os descritores “ética” e “moral”, constantes dos títulos, das palavras-chave e/ou dos resumos, e encontraram apenas 37 documentos.

Em 2009, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) lançou uma nova edição da BIBLIOGRAFIA SOBRE ÉTICA. Neste documento, publicado em CD-ROM, há um total de 872 referências de materiais bibliográficos disponíveis nos acervos de 26 instituições brasileiras de ensino, onde se realiza a formação de bacharéis em Biblioteconomia, exibindo os dados coletados de 2006-2008.

Ainda em 2009, o CFB publicou uma coletânea impressa sobre a temática, abordando três temas gerais: Ética, Filosofia e Sociologia, com 2 textos; Ética e informação, com 3 textos; Ética profissional e formação acadêmica, com 3 textos. (BOTTENTUIT; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009)²².

O último texto dessa coletânea (BOTTENTUIT; OLIVEIRA; FERREIRA, 2009, p. 162-187), pode contribuir para o entendimento de razões que levam à limitação da produção bibliográfica brasileira sobre a temática. Uma dessas razões pode ser derivada do pouco tratamento que lhe é dado na formação acadêmica dos bibliotecários; essa limitação se refletirá no dia a dia do exercício profissional e terá uma certa ausência nas reflexões desses profissionais. Nesse texto, as autoras mostram que em apenas nove de um total de 37 instituições de ensino, a maioria vinculada ao setor público, há uma disciplina específica sobre Ética Profissional, cuja temática está contemplada no projeto pedagógico. Em sete

²² Todos os textos da coletânea encontram-se disponíveis em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/302/1/A%20%20c3%89tica%20na%20Sociedade%2c%20na%20%20c3%81rea%20da%20Informa%20a7%20a3o%20e%20da%20Atua%20a7%20a3o%20Profissio%20nal.pdf> . Acesso: 20/01/2010.

desses cursos, essa disciplina tem caráter obrigatório, em um desses cursos o caráter é eletivo e em outro o caráter é optativo.

Se à Ética bibliotecária e da Informação poderia competir pensar e deliberar sobre aspectos tais como: censura, privacidade, acesso à informação, equilíbrio no desenvolvimento a coleção, direito autoral, uso justo, códigos de ética, problemas de cidadania, competência no fornecimento de informação adequada ou correta, ética da informação científica, da tecnologia da informação e da informação na sociedade e até sobre aspectos colaterais da ética na informática, ética em sistemas de informação, questões éticas em gestão de sistemas de informação e política de informação; para recuperar a amplitude identificada por FROEHLICH (2004), por que os bibliotecários e cientistas da informação brasileiros têm tratado tão pouco sobre a temática? Por que parece que o tema ainda tem sua centralidade no Código de Ética? Antes de chegar, neste relatório, ao que foi realizado empiricamente no estudo, há o próximo tópico. Nele está sintetizada uma fundamentação mais geral, em parte pela filosofia moral, que servirá de apoio para a discussão de mais adiante.

5 FUNDAMENTAÇÃO GERAL DO ESTUDO: as perspectivas humana e filosófica

Lévinas, conforme escrutínio de Sebbah (2009), atribui à ética a precedência da reflexão humana. Pensar pela fé ou por uma fé, pensar racionalmente ou para estabelecer uma racionalidade são ações intelectuais e atos mentais possíveis de ocorrer sob certas condições de relacionamento inter humano.

A partir desse entendimento, pode-se afirmar que a ética estaria, para o ser humano, relacionada, como já se afirmou em outro texto:

ao momento fundante do perceber-se e sentir-se em relação com o outro ser que é semelhante. Essa tomada de consciência de ser e de estar entre iguais exige a formulação de princípios que resguardem a individualidade e sua integridade no coletivo, concebendo a todos os de mesma origem como sendo iguais na relação com o mundo. (SOUZA, 2002, p. 17)

O ser igual na relação com o mundo parte de uma visão do mundo pelo que o materializa e estranhá-lo. Estranhar é a atitude de interrogação que constitui a base para o sujeito humano buscar significados, raciocinar, racionalizar e, assim, criar uma compreensão para contemplar o outro também criador. Esse movimento, que pode ser visto como um processo sem um ponto inicial demarcável e sem uma linearidade rotinizável também promove a construção das explicações sob a ótica desse humano sujeito de interação.

Sendo a ética precedente à filosofia e à religião, mas não sendo uma absoluta abstração, ela será tratada e explicada também a partir das concepções de seus criadores doutrinários. Essas concepções, para além de qualquer convicção idealista, são construídas com forte contribuição dos fenômenos que se manifestam no contexto de existência daqueles que as sustentam. Por esse motivo, a partir dos primeiros estranhamentos que a interação humana e o mundo levaram o homem grego a produzir em torno da busca de compreensão sobre *o ser que pode ser homem*, as respostas designadas como sistemas filosóficos, também incluem esforços de reafirmar continuamente a necessidade de considerar e postular os princípios a partir dos quais *o ser que pode ser homem* poderá tomar como orientadores de sua conduta como homem nas suas mais distintas relações em sociedade. Ser homem e conduzir-se como homem coloca todos os indivíduos e todas as

suas relações sob marcos que os obrigam uns aos outros. A esses sistemas de marcos ou princípios vem se chamando de ética e cada um desses sistemas ou cada ética constitui uma doutrina ética. Essas doutrinas éticas, portanto, sem serem relativismos, pois coincidem nos fundamentos mais básicos que afirmam quem *é o ser que pode ser homem*, distinguem-se no tempo, pois são construções históricas e no espaço porque são situadas, isto é, são influenciadas pelas circunstâncias da abundância e da escassez, relacionadas com o clima, o terreno, etc. Essas circunstâncias implicam na ação dos indivíduos em seus enredamentos ou sociedades, construindo respostas concretas aos limites possíveis da administração da abundância e da escassez, do uso do solo, do uso da água para, assim, definir o processo de partilha e os limites do acesso material e imaterial a toda a riqueza. As respostas concretas são as indicações de como proceder, constituindo isso a moral, isto é, as regras sobre como cada ser humano deve proceder apropriadamente, conforme o princípio geral que orienta essa moral ou modo de conduta.

No âmbito profissional, o modo de conduta é afirmado como dever do indivíduo que assume um papel social configurado pela profissão que escolheu ou foi estimulado a fazê-lo. Nesse caso, a partir do século XIX, as regras de conduta profissional a serem seguidas por tal indivíduo ou a moral profissional passaram a ser denominadas deontologia (ciência do dever) por Jeremy Bentham²³. Isso quer dizer que da mesma maneira que para *o ser que pode ser homem* há uma moral embasada em uma filosofia, para *o ser que pode ser profissional homem* há uma deontologia embasada igualmente em uma filosofia. Se *o ser que pode ser homem* reflete a partir do estranhamento, interrogação, isto é, pelo que se lhe apresenta como problema humano e do mundo, *o ser que pode ser profissional homem* igualmente terá que enfrentar e criar soluções aos problemas que se lhes apresentam em sua relação com *o ser que pode ser leitor ou usuário homem*.

As várias doutrinas éticas construídas no mundo ocidental configuram as nuances de compreensão e interpretação produzidas pela reflexão de eminentes filósofos. Sínteses

²³ Jeremy Bentham viveu de 1748 a 1832. É considerado um dos principais divulgadores do utilitarismo. Foi o primeiro filósofo a utilizar o termo *deontologia* ('deon', dever + 'logos', ciência) para definir o conjunto de princípios éticos aplicados às atividades profissionais. (FONTE: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jeremy_Bentham. Acesso em: 21/01/2010).

dessas doutrinas são sistematizadas e dispostas em ampla bibliografia. Elas podem contribuir significativamente para a atividade de formação de estudantes nas escolas e cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação; com isso podem reforçar a construção e o aperfeiçoamento das bases de conhecimento sobre a temática e dando possibilidade a uma melhor inserção, reflexão e discussão de suas práticas e de sua interação humana com o leitor e o usuário no exercício do papel social que carregará quando profissional. Há várias obras que são fontes de acesso a essas sínteses.

Uma fonte brasileira de síntese das doutrinas éticas que predominam na contemporaneidade é constituída pela coletânea organizada por Oliveira (2000a). As partes da obra compõem capítulos de autoria de vários colaboradores. Cada capítulo dissecou um tema. Os temas tratados versam sobre: Neoaristotelismo; Racionalismo; Ética da Finitude; Ética da Alteridade; Utilitarismo; Teoria ético política da justiça; Ética do discurso; Ética da responsabilidade; Ética de coerência dialética; Ética intencionalista-teleológica; Filosofia analítica em relação a teologia moral.

Para Cremashi (2000), manifestam-se tendências de redescoberta da ética aristotélica na atualidade, com presença na Alemanha e nos Estados Unidos da América, especialmente pelo resgate das noções de *práxis* e de *phronesis* e de *vita activa*.

Carvalho (2000a) identifica em MacIntyre um esforço em tornar compreensível a hipertrofia da problematização da ética, levando em conta que na atualidade há cada vez mais exigências éticas transformando-se a ética num componente de nosso tempo, que tem tornado a ética um tópico central do debate filosófico.

Loparic (2000) aborda a ética da finitude como uma elaboração Hedeggeriana, afirmando que “ela não é uma ética do cuidar das nossas privações *ônticas*, mas do cuidar dos princípios do cuidar do existir humano” (p. 71)

Pivatto (2000) trata a ética da alteridade destacando a intuição de Lévinas “de que o humano propriamente dito apenas desperta ao longo da história e que as codificações éticas representam uma tentativa em que o humano é apenas intuído mas não alcançado, pois tem na base uma interpretação do homem como ser humano dinâmico espontâneo”. (p. 81)

Carvalho (2000b) faz uma defesa do utilitarismo e tenta num esforço de síntese destacar aspectos que melhor caracterizariam esta doutrina ou corrente plural: “a idéia de que a ética não é indiferente ao bem estar das pessoas, que a qualidade moral de nossas

ações/regras é função de suas conseqüências, que o bem dos indivíduos afetáveis por um curso de ação deve ser maximizado e seu sofrimento minimizado, e que a ética deve se importar não apenas com o bem estar ou o sofrimento do agente moral, mas com a qualidade de vida de todos os seres capazes de sentir e sofrer, potencialmente atingidos por um curso de ação”. Segundo a autora, “poder-se-ia dizer que as éticas utilitaristas endossam alguma versão do princípio de utilidade, que poderia ser assim formulado: Uma ação (ou regra de ação) será moralmente boa na medida em que o saldo líquido de felicidade ou de bem estar decorrente de sua realização (ou de uma conformação à regra) for maior que o resultante de qualquer ação ou regra alternativa disponível ao agente.” (p. 100)

Felipe (2000) encontra em Rawls uma proposição teórica que constitui uma ética política da justiça. Segundo essa autora, Rawls busca princípios que permitam regular a atividade do setor público e orientar o debate político sobre a justiça. “Duas idéias aparecem vinculadas à teoria da justiça de Rawls. Primeira: uma sociedade democrática define no espaço político público princípios para regulamentar a distribuição dos bens na estrutura básica da sociedade; segunda: cidadãos cooperativos em uma democracia constitucional pagam impostos e mantêm um fundo comum (público), destinado a garantir a oferta de bens e de serviços impossíveis de serem assegurados com equidade a todos os cidadãos, se entregues ao mercado”. (p. 134)

Javier Herrero (2000) apresenta um panorama geral da ética do discurso: seu alcance, conquistas e limitações. Para ele, a ética do discurso por se fundar em um princípio formal e universal não pode prescrever *a priori* normas concretas de eticidade substancial; o que ela fornece é uma norma procedimental de deliberação e decisão (p. 181), na medida em que “remete os sujeitos concretos de antemão, à participação em *discursos reais*.” (...) (p. 182)

Giocoia Jr (2000) examina as idéias de Hans Jonas sobre a responsabilidade como um princípio de deveria dar base para se tratar as questões éticas criadas pelo progresso da tecnologia (p. 193). Ressalta o esforço de Jonas em “fundamentar uma ética da responsabilidade, cujo ponto de partida e de chegada é o reconhecimento do caráter do dever-ser da autêntica vida humana sobre a terra, e, por conseguinte, do dever de preservar as condições sobre as quais o autenticamente humano veio a ser e se revelar na história.” (p. 206)

Oliveira (2000b) busca em Vittorio Hösle a discussão em torno de uma ética racional reconhecendo-a como distante de ser atingida nos dias de hoje. Diz que “nossas atuais sociedades multiculturais possuem formas de vida tão diferenciadas que qualquer tentativa de estabelecimento de normas concretas levanta a suspeita da absolutização de valores de uma forma cultural específica e de sua imposição às outras formas de vida” (p. 235). Contudo, Oliveira (2000b) afirma que Hösle “elabora uma proposta de ética que pretende “superar”, num nível superior, as duas grandes correntes da ética moderna: as éticas deontológicas e as éticas teleológicas” (p. 236). Trata-se da proposta de uma ética intencionalista-teleológica.

Hare (2003), no livro *Ética: propostas e problemas* (*Sorting out ethics*, no original), apresenta uma discussão e produz uma taxonomia das teorias éticas, resultante de um conjunto de conferências que realizou na Suécia em 1991, que poderia ser tomada como fundamental para quaisquer grupos profissionais examinarem a construção de suas próprias normas de conduta. Ao desenvolver e expor essa taxonomia apresenta um conjunto de “requisitos para uma teoria ética adequada”. Segundo ele as teorias éticas podem ser classificadas em dois gêneros chamados: **descritivismo** (em que insere o Naturalismo e o Intuicionismo) e **não descritivismo** (em que insere o Emotivismo e Racionalismo).

Para ele o Descritivismo afirma e o Não-descritivismo nega que: “à parte as características sintáticas, os significados dos enunciados morais são determinados inteiramente por suas condições de verdade” (p. 95).

As teorias naturalistas “dizem que as condições de verdade dos enunciados morais podem ser especificadas sem usar nenhum termo moral” e o intuicionismo diz que não podem. (p. 97). As teorias naturalistas podem ter duas variantes: são objetivistas se “especificam as condições de verdade sem referência às atitudes etc. daqueles que proferem os enunciados ou de sua sociedade” (p. 98) e subjetivistas se “especificam as condições de verdade dos enunciados morais em termos das atitudes etc. das pessoas que os proferem” (p. 98). Ainda no campo de descritivismo, no intuicionismo “as condições de verdade dos enunciados morais são propriedades morais *sui generis*.”

Para o emotivismo, “os enunciados morais não são governados pela lógica” e para o Não-descritivismo racionalístico, “os enunciados morais são governados pela lógica”,

gerando a condição do estabelecimento de um Prescritivismo universal, pela qual “a lógica que governa os enunciados morais é a lógica das prescrições morais”. (p. 67)

Os requisitos apresentados para uma teoria ética adequada, ainda em Hare (20003) se assentam em seis fatores: Neutralidade, Praticidade, Incompatibilidade, Logicidade, Arguibilidade e Conciliação. De acordo com a análise disposta na página 67, nenhuma das teorias éticas que compõem os gêneros propostos pelo autor, atendem a todos esses requisitos e, particularmente, nenhuma atende aos requisitos de Arguibilidade e Conciliação.

A literatura acima exposta, compreendendo correntes éticas contemporâneas e uma taxionomia para escrutínio da ética como campo de saber, evidencia uma complexidade da temática, maior que aquela convencionalmente empregada na pouca produção de discussão pelos bibliotecários e cientistas da informação brasileiros. Essa literatura expõe construções intelectuais que em si são resultantes de concepções de ética no ocidente. Elas dão embasamento para a construção das disposições sobre como uma categoria profissional como a de bibliotecários vai afirmar a relação do *ser que pode ser profissional homem* com um outro *ser que pode ser leitor e usuário homem*.

A tradição que se tem estabelecido de forma tácita, como convencionada, por algumas categorias profissionais, dentre elas a dos bibliotecários brasileiros, volta-se para a formulação de disposições chamadas de Código de Ética Profissional que, necessariamente, não levam em conta, por exemplo, o seu caráter ético. Entretanto, no caso do Código de Ética profissional do bibliotecário brasileiro há uma formulação prescritiva, mas enviesada de descritivismo e, por isso, problematizável. Vê-se em outra parte deste relatório, que sua construção decorreu de recomendação tirada ao final do III CBBBD realizado em 1961 e sua primeira versão foi aprovada em 1963 (FERNANDEZ DE ZAMORA, 2003). O teor dessa versão inicial, considerando-se o fator tempo refletiria um esforço intelectual expressivo, pois pedia a realização de ações sob duas perspectivas:

- a – domínio e manuseio do conhecimento já sabido;
- b – domínio de estratégias para prospectar o futuro, posto que o Código passaria a ser aplicado após sua aprovação, com efeitos sobre os casos que viessem a surgir.

Assim, o conhecimento existente sobre as condições de desenvolvimento social, humano e econômico brasileiros dos anos anteriores, situados na década de 1950 ou um pouco antes, teve um peso muito grande inclusive como base para a prospecção, sobretudo quando se considera que várias das contribuições apresentadas nas três primeiras edições do CBBB refletem esse conhecimento, também de costumes, culturas práticas, tecnologias conhecidas, etc. É essa idéia, do ambiente brasileiro situado nos anos de 1991 a 2005, que se verá no tópico seguinte.

6 O AMBIENTE POLITICO, EDUCACIONAL, ECONÔMICO-SOCIAL E DA BIBLIOTECONOMIA NO BRASIL DOS ANOS 1991 A 2005

No decorrer da realização de outra pesquisa, desenvolvida anteriormente com fomento do CNPq, o autor deste relatório construiu material que contribuiu para a publicação da edição atual do livro intitulado *O ensino de biblioteconomia no contexto brasileiro: século XX* (SOUZA, 2009). Para o presente tópico deste relatório, parte desse material será integrado, com as devidas atualizações, pela convergência existente entre as duas pesquisas no que tange ao ambiente brasileiro.

Olhando-se para o movimento político, no período que vai de 1991 a 2005 se vê poucos avanços nas políticas voltadas à ampliação dos direitos e benefícios da população. Havia grande expectativa positiva quanto à atuação do primeiro presidente eleito por voto direto, depois de três décadas de ditadura político-militar, o Sr. Collor de Mello; também expectativas de tal alcance ocorreu nas eleições do Sr. Fernando Henrique Cardoso (FHC) e de Lula da Silva. A ação política dos primeiros, ou quase toda ela, foi obscurecida pelo projeto internacional do neoliberalismo implantado no Brasil, iniciando-se já no final da década iniciada em 1980, continuada pelo governo Collor e sendo aprofundada nos dois mandatos de FHC. Um pequeno arrefecimento dessa política neoliberal se inicia com o Governo de Lula da Silva, em 2003, cuja expectativa social era da implementação de políticas sociais mais avançadas com perfil progressista.

Collor, para confirmar uma ação política que atendia aos interesses monopolistas internacionais, anunciou em 09 de maio de 1990 que, num prazo de sessenta dias, demitiria 354.000 funcionários públicos, a partir da idéia obsessiva da “caça aos marajás”. Para fazer valer essa linha de ação, cumpriu medidas onerosas no longo prazo para a população: em 22 de maio demitiu 20.000 ferroviários; de 15 a 22 de junho demitiu 53.000 servidores federais de vários setores e colocou em disponibilidade, com corte de salários, outros 52.000; em 14 de agosto o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) anunciou a demissão de 12.600 servidores por todo o país; em 31 de outubro a Empresa Brasileira de Aeronáutica (EMBRAER) demitiu 3.600 funcionários de sua fábrica em São José dos Campos. Conexa a essas medidas, e de forma simultânea, o governo federal desenvolveu outro tipo de ação que consistiu na privatização de empresas

estatais: em 16 de agosto, o presidente sancionou o decreto nº 99.464, dando início ao plano de privatização de dez empresas estatais; em 05 de novembro, foram incluídas mais cinco empresas estatais no Programa de Desestatização; em 08 de janeiro de 1991, mais sete empresas estatais foram inseridas no Programa para fins de privatização. O terceiro conjunto de ações desenvolvido por Collor foi o de desregulamentação, com a extinção de órgãos estatais. Várias instituições foram eliminadas: em 12 de setembro de 1990 foi extinta a Secretaria Especial de Informática; em 18 de setembro de 1990 foi fechado o campo de provas nucleares da Serra do Cachimbo, criado pela Aeronáutica em 1994; em 08 de novembro de 1990 o sistema de telefonia celular foi aberto para a exploração do capital privado; em 28 de maio de 1991 o governo autorizou que as bolsas de valores do país fossem abertas para o investimento direto de capitais estrangeiros.

Em um lance de ousadia política, o governo tentou romper de uma só vez com várias conquistas dos trabalhadores consignadas como direito há quase cinquenta anos, ao propor, em 22 de agosto de 1991, o fim da aposentadoria por tempo de serviço; o fim da estabilidade dos servidores públicos e o fim da gratuidade do ensino superior. Não contente com o que já fizera ou sem a capacidade de resistir ao assédio dos interesses internacionais, em 03 de outubro de 1991, o presidente propôs um pacote de emendas à Constituição Federal, recém promulgada em 1988, que tinha por meta implantar um elenco amplo de ações liberalizantes.

Naturalmente, o quadro econômico muito ruim para a população e uma política de entrega de meios estratégicos do país aos interesses internacionais provocaram a explosão de greves em setores importantes, nos dois primeiros anos de governo. Assim, de 13 a 22 de junho de 1990 ocorreu uma greve nacional de petroleiros, contra 1.500 demissões no setor; de 01 a 31 de agosto, ocorreu uma greve que mobilizou 60.000 eletricitários em vários estados do país; em 23 de setembro de 1991, ocorreu uma greve geral que atingiu 54 portos do país.

Se o desemprego e a perseguição política maior se davam sobre os funcionários públicos e os empregados de empresas e órgãos estatais, não menos difícil era a situação dos empregados do setor privado. De acordo com dados dos sindicatos das empresas, em 09 de julho de 1990, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) anunciou

que a indústria paulista demitira no primeiro semestre 170.000 trabalhadores; que em janeiro de 1991, a indústria paulista demitira 68.000 empregados.

Isso contribuiu para a agonia política dos dois primeiros anos do período, que recaiu sobre o presidente no início de seu terceiro ano de governo. Logo em 10 de maio de 1992, o Sr. Pedro Collor, irmão do Presidente denunciou a existência de um esquema de corrupção (o esquema PC) em torno do Presidente, com seu conhecimento e do qual ele obtinha benefícios, tendo a frente o Sr. Paulo César Farias (cognominado PC). A partir dessa denúncia, e durante quatro meses, o País ficou praticamente paralisado, acompanhando dia a dia às investigações relacionadas ao escândalo. Em 26 de maio de 1992 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a denúncia de Pedro Collor; em 04 de junho Pedro Collor reafirmou sua denúncia na CPI. Simultaneamente, ao desenrolar da CPI, tiveram início os atos públicos e as manifestações de protesto por todo o país, surgindo o famoso movimento dos *caras-pintadas* com intensa participação de adolescentes e jovens. Em 07 de julho, aconteceu em Brasília, com a presença de 5.000 participantes, um protesto pelo *impeachment* do Presidente. Durante os meses de julho, agosto e setembro grandes atos e passeatas aconteceram semanalmente em todo o país, alguns reunindo mais de um milhão de participantes como o ato realizado em 18 de setembro no Rio de Janeiro. Após as apurações da CPI, em 24 de agosto foi apresentado o relatório que acusava o Presidente de crime de responsabilidade, por favorecer ao esquema PC. O Presidente negou reiteradamente o seu envolvimento, embora o acúmulo de evidências e as denúncias adicionais não o isentassem. Assim, em 29 de setembro, sem meios para continuar resistindo, foi obrigado a abandonar o cargo, sendo substituído pelo vice-presidente, o Sr. Itamar Franco, que concluiu o respectivo mandato.

No conjunto das ações políticas iniciadas por Collor, parcialmente seguidas pelo novo presidente Itamar Franco, seu vice-presidente, que continuou o seu mandato, depois pelo Presidente FHC e não totalmente interrompida pelo governo Lula da Silva, deu-se a transferência para o setor privado, em geral a preço vil, das melhores empresas, construídas a duras penas a partir dos anos quarenta, pelo povo brasileiro, salvando-se praticamente apenas a Petrobrás e os Bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal. Um dos estímulos para os “investidores”, mas que aparentemente contribuiu para uma certa pacificação da sociedade, traumatizada pela sanção de vários planos econômicos nos anos

da década de 1980, foi a quebra do ciclo inflacionário, a partir de 1994, com a sanção do plano real. Esse plano também deu origem à atual moeda do país, o que também deu força política ao governo para implantar com mais vigor as regras do Consenso de Washington, isto é, um conjunto de postulados de efficientismo pragmático, favorecendo mais uma vez aos interesses de lucratividade do capital internacional, sobretudo financeiro.

Quanto ao ambiente educacional, é relevante olhar-se inicialmente o montante da população para, a partir desse dado, fazer-se a comparação com os dados próprios do setor. Em 1º de setembro de 1991 a população brasileira alcançava o número de 146.825.475 habitantes. Destes, residiam em cidades, ou melhor, em áreas urbanas, 110.990.990 indivíduos, um percentual de 75,59%. O volume de matrículas ofertadas e seu percentual, em 1991, atingiam: para o ensino fundamental, considerados os dois ciclos, isto é, de 1ª. a 4ª. séries e de 5ª. a 8ª. séries, a 29.203.724 indivíduos, representando 19,88% da população; no ensino médio, a 3.772.698 indivíduos, ou meros, 2,58% da população e no ensino superior atingia 1.565.056 indivíduos, ou 1,06% da população (INEP). Em 2001 a população brasileira atingia o número de 173.808.010. Nesse ano, o volume de matrículas ofertadas e seu percentual, atingiam: para o ensino fundamental, considerados os dois ciclos, isto é, de 1ª. a 4ª. séries e de 5ª. a 8ª. séries, a 35.298.724 indivíduos, representando 20,03% da população; no ensino médio, a 8.398.008 indivíduos, ou 4,83% da população e no ensino superior atingia 3.030.754 indivíduos, ou 1,74% da população (INEP)²⁴.

No período, a pós-graduação continuou a crescer em número de Programas e de alunos, especialmente em decorrência das transformações que começaram a ser implantadas no sistema de avaliação da CAPES, que redefiniu várias estratégias. O que entrou em cena foi o direcionamento das políticas de pós-graduação, visando à competição por resultados em nível internacional. A intenção desse órgão de fomento era reforçar os instrumentos de produção e de exposição da produção, com ênfase na qualificação dos periódicos científicos, com a exigência de redução da média de tempo de titulação de mestres e doutores, dentre outras disposições.

²⁴ Esses dados do INEP estão disponíveis nos seguintes links, com acesso em 21/01/2010:
http://www.inep.gov.br/download/censo/2001/sinopse/matriculas_sinopse2001.xls;
http://www.inep.gov.br/download/catalogo_dinamico/estatisticas/mioloSinopse1991-1995.pdf;
http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_formatadas_2007.xls.

Nesse período foram sancionadas e implementadas as várias políticas relacionadas ao teor da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O texto final votado e aprovado no Congresso Nacional partiu de uma proposta do Senador Darcy Ribeiro, transformando-se na lei de número 9394, sancionada em 1996.

No período, o governo através de Medida Provisória de 18 de outubro de 1994 extinguiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), vinculado ao Ministério da Educação. Esta mudança, diz-se, visava tornar o Conselho menos burocrático e mais político; em 1995, no espírito das inovações que a Lei tornaria possíveis, a Universidade de Brasília criou o Programa de Avaliação Seriada (PAS), para ingresso na universidade. Esse sistema, no longo prazo, visava acabar com o exame vestibular, como instrumento de avaliação com vistas a conquista de um lugar no corpo discente da universidade. Por essa forma, a avaliação do aluno passava a ser feita ao longo da realização de seu curso de 2º grau.

Durante todo o período, foram fundadas dez universidades federais: em 1994, a Universidade Federal de Lavras (MG) e a Universidade Federal de São Paulo (SP), em 2002, as Universidades Federais de Campina Grande (PB), Vale do São Francisco (PE) e Rural da Amazônia (PA) e em 2005, as Universidades Federais da Grande Dourados (MS), do ABC (SP), do Recôncavo Baiano (BA), dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (MG) e Tecnológica Federal do Paraná (PR). Em relação a outros aspectos no quadro educacional, observa-se a focalização acentuada nos processos e instrumentos de avaliação, mas também não deixam de aparecer velhos temas como a alfabetização, um sinal de que o mal do século, isto é, a insuficiência de escolarização, continuava a ser um problema a perseguir o país. Essa questão pode continuar a ser analisada como relativa à *educação de adultos*, e para ela foram apontadas as seguintes alternativas: em 1990, foi criado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com o objetivo de reduzir em até 70% o número de analfabetos até 1995. Relacionada diretamente com esta questão estiveram em pauta ações sobre as circunstâncias que estabelecem e, ao mesmo tempo reconhecem os mecanismos de produção e reprodução de analfabetos, ou seja: em 1990, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) foi implantado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB); em 1993, o Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro (CEE/RJ) aprovou projeto da Secretaria Estadual

de Educação (SEEC) que acabava com a reprovação dos alunos nas cinco primeiras séries do 1º grau; ainda em 1993, o Relatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica evidenciava que cerca de 59% dos professores não prestaram concurso público, foram indicados por políticos ou técnicos; em 1994, constatava-se que nas regiões Norte e Nordeste do Brasil ainda era muito freqüente a figura do professor leigo, algumas vezes sem o primeiro grau completo; em 1995, entrou no ar a TV Escola, um canal exclusivo, via satélite, para promover a atualização dos professores, que poderiam gravar os programas e apresentá-los aos seus alunos, patrocinado pelo MEC; nesse mesmo ano, o Governo Federal enviou ao Congresso uma emenda constitucional que propunha a criação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Professor (FUNDEF); também foram criados o Programa Acorda Brasil: Está na Hora da Escola! e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); em 1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); em 1998, foi instituído pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para ser aplicado aos alunos concluintes e aos egressos deste nível de ensino. No tocante ao funcionamento da universidade, começaram a ser apontados indícios, forjados ou não, de baixa do nível de eficácia. Em 1993, uma pesquisa realizada pela Ordem dos Advogados do Brasil mostrou que de 89 cursos de Direito, apenas sete formam bons advogados. Nesse mesmo ano, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). Em 1995, o Ministro da Educação criou um sistema de avaliação de alunos formados nos cursos superiores. O objetivo era avaliar a eficácia das faculdades. Iniciou com os cursos de Medicina, Engenharia e Direito. Através da Lei 9131 foi criado o Exame Nacional de Cursos (ENC), vulgo “provão”. Em 1996, os estudantes universitários protestaram com violência contra o "Provão" como método de avaliação das Universidades. Em 1997, a fim de fechar o circuito de avaliação em todos os níveis de ensino, obrigam-se as escolas de 2º grau também a ser avaliadas através de "**Provão**".

Em outra direção, foram implantadas alguns propostas de ação educacional, ou revista parte da legislação do período da ditadura que regeu a educação brasileira a partir de 1964, pós golpe militar. Assim, em 1990, foi lançado o projeto de construção de Centros Integrados de Apoio à Criança (CIACs), em todo o Brasil, inspirados no modelo dos

Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), do Rio de Janeiro; em 1992, as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos de Problemas Brasileiros (EPB) deixaram de ser obrigatórias, no ensino de 2^o grau e superior; em 1997, foi criado, pelo Ministério da Educação, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

No âmbito da infra-estrutura educacional, a *biblioteca escolar* foi pela primeira vez tratada sob uma perspectiva institucional, sendo estabelecido, em 1998, Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Apesar de todas essas preocupações, no que toca às condições de trabalho e salários, o período inteiro viveu a expressão da desvalorização do trabalho docente em todos os níveis de ensino.

Disso, resulta que as *greves de professores*, se apresentam como um fenômeno provocado pela política governamental e foi recorrente em todo o período. A título de exemplo, em 1993, no Espírito Santo os alunos ficaram sem aulas por 109 dias letivos em função de uma greve de professores. Em Minas Gerais os professores ficaram parados por 76 dias e em São Paulo por 79 dias. No âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), ocorreram sete greves de professores no período, nos anos de: 1991 (107 dias); 1993 (31 dias); 1994 (50 dias) e 1998 (104 dias), 2000 (87 dias), 2001 (108 dias) e 2003 (59 dias).

Como se observa, o acento do quadro educacional circunscrevia-se à implantação de uma política voltada à avaliação do trabalho docente e da aprendizagem discente, numa relação direta com a política e a economia liberais, colocada em prática pelo Governo Federal.

A economia no período pode começar a ser apresentada com dois fatos espetaculares: o choque na economia e o choque emocional na população brasileira, representado pelo famigerado Plano Collor. Em 16 de março, em mais uma das tentativas do poder executivo federal, de controlar os números crescentes da inflação, que teve origem na década de 1970, foi lançado esse plano econômico. Através desse experimento, a população que dispunha de ativos financeiros em contas bancárias, corrente e de poupança, ficou sem a capacidade ou com limitações à sua capacidade de movimentar seus recursos, para qualquer uso. A intenção inicial dos formuladores do Plano era de que esses recursos não fossem movimentados por dezoito meses e a partir daí seriam liberados em parcelas,

sendo os titulares das contas autorizados a utilizar uma parcela mínima mensal ditada pelo governo. De uma hora para outra, todas as pessoas viram-se num estado de perplexidade inimaginável, por sentirem-se invadidas em sua privacidade e cidadania. Por esse mesmo pacote, a denominação da moeda, então Cruzado, voltou ao antigo nome Cruzeiro.

O golpe não modificou de imediato a situação de dificuldade econômica vivida pela maior parte da população. O salário mínimo em valores reais de março de 1992 foi inferior em 31,7% ao pago em 1980. Apesar do estardalhaço feito em seu lançamento, o Plano Collor entrou em descrédito político e seus autores caíram em descrédito moral, pois reduziu inicialmente, mas não seguiu a inflação que já registrava 3,3% em abril, 5,4% em maio, 9,6% em junho, 10,8% em julho e em dezembro ficou em torno de 20%.

Ao iniciar o ano de 1991 foi lançado o Plano Collor II, com novo congelamento de preços e salários, fim do mercado financeiro de curto prazo (*overnight*) e a elevação dos juros. Novamente, como já se vira antes, a inflação reduziu-se nos dois primeiros meses após o lançamento do pacote, mas já em abril voltava aos 5% e continuava a subir nos meses subsequentes. O governo não conseguiu quebrar o ciclo inflacionário nos três anos iniciais do período. Isso manteve e, em alguns momentos, aguçou a recessão, o desemprego, a quebra de empresas, estas esmagadas por uma política de abertura às importações.

Esse quadro econômico contribuiu em grande parte para o enfraquecimento do então presidente. Com sua saída, e a continuidade do Governo sob o comando do até então vice-presidente, a economia começou a reagir muito lentamente e culminou com a apresentação do Plano Real.

Como busca de seu próprio sucesso, os formuladores do Plano Real tentaram evitar o uso de todas as alternativas já empregadas nos planos econômicos anteriormente tentados. Isso não afastou a economia de sobressaltos, como em 1997, provocado pela quebra da bolsa de valores e o pacote recessivo, que tinha relação com a política neoliberal iniciada nos começos do período, já em 1990, e seguida por todos os anos da década de 1990.

Durante todo o período, foi ficando cada vez mais evidente e com sustentação política a aceitação e implantação do receituário do Consenso de Washington. Segundo esse instrumento cada país deveria cumprir as dez regras seguintes:

- 1 – Fazer severo ajuste fiscal;
- 2 – Reduzir o tamanho do Estado;
- 3 – Privatizar o patrimônio público;
- 4 – Abrir-se comercialmente, evitando proteger sua produção interna;
- 5 – Evitar a imposição de regras internas ao ingresso de capital estrangeiro;
- 6 – Abrir-se às instituições financeiras;
- 7 – Desregulamentar sua economia;
- 8 – Reestruturar o sistema previdenciário;
- 9 – Investir em infra-estrutura básica; e
- 10 – Fiscalizar os gastos públicos.

Esse receituário, no que toca ao movimento de aceleração da dependência econômica do Brasil, e da redução dos investimentos em benefícios sociais, já fora alardeado com intensa propaganda como indispensável para o progresso econômico; e terminou por fortalecer o Plano Real, o qual partira de uma base edificada entre 1992 e 1993, que levou em conta:

- a) o não congelamento de preços e salários, com a proibição da indexação;
- b) a restrição às emissões de moeda, e
- c) a adoção da paridade monetária: Real = Dólar.

Ao olhar-se para o Brasil durante o período em análise, observa-se que os princípios do Consenso de Washington foram seguidos quase que integralmente pelos dirigentes públicos, com o apoio dos parlamentos, em plano federal e estaduais, e também com o endosso de decisões do poder judiciário; sobretudo beneficiando os capitalistas investidores. Isso tudo era reforçado por uma propaganda sempre contrária aos interesses das populações mais dependentes da ação do estado, como os aposentados e pensionistas. Essa propaganda visava à redução de uma compreensão real dos interesses que estavam sendo atendidos, bem como de suas conseqüências para os anos seguintes: como o aumento do desemprego que, em face da reestruturação produtiva determinada pela adoção de novas tecnologias e métodos gerenciais, levou a um grande aumento de produtividade simultaneamente à redução de mão-de-obra nos respectivos setores. Essa circunstância estava associada à substituição dessa mão-de-obra por máquinas inteligentes e auto-

operativas, produzindo uma nova onda de desemprego, agora caracterizada como desemprego tecnológico.

Nos anos do período estudado, o ensino de Biblioteconomia no Brasil foi objeto de várias ações visando, segundo os discursos predominantes, obter melhorias que proporcionassem condições de atender aos interesses do país que, de outro lado, estava a buscar uma boa posição no mundo econômico. Essa busca trazia implicações para a universidade e para as profissões, no caso destas, em termos de seu posicionamento de mercado, percepção de aceitação e valor social, ampliação de vagas escolares na Universidade para acesso aos interessados.

Como a fragilidade do país, em termos econômicos, continuou em decorrência das limitações que enfrentou na década de 1980 (que ficou conhecida com a *década perdida*), a penetração do discurso neo-liberal²⁵ teve grande impacto. Seu foco era a defesa da idéia de que o mercado privado era mais eficiente do que as ações econômicas de produção do estado. A força dessa ideologia configurou uma fenomenologia que se transportou para todos os demais âmbitos, inclusive para o profissional.

Nesse contexto, ingressou no país, através de membros da ABEBD²⁶, um discurso originado a partir de um Grupo de Trabalho da Federação Internacional de Documentação – FID, que circunscrevia, descrevia e qualificava a figura designada como Moderno Profissional da Informação. Esse discurso, pela densidade que assumiu, a partir da produção de artigos, coletâneas de textos e alguns livros, passou a funcionar, talvez não de forma intencional, como desqualificador do bibliotecário e da escola de Biblioteconomia. Centrado num enfoque de gestão da informação, até pela origem da FID, que tinha o

²⁵ Esse discurso foi forjado na Inglaterra a partir do longo governo da primeira ministra Thatcher, seguida também pelo longo governo do primeiro ministro Major e estabelecido nos Estados Unidos da América pelos governos de Reagan e de Bush (pai).

²⁶ Um dos autores mais prolíficos quanto ao tema foi José Augusto Guimarães. Dentre alguns de seus textos destaque-se os seguintes: i. *Moderno profissional da informação: perspectivas para sua formação no Brasil*. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS DE INFORMAÇÃO, 1, 1996, Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1996. p. 25-32; ii. *Moderno profissional da informação. Transinformação*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 124-140, 1997.; iii. *Moderno Profissional da Informação*. In: INFO'97 - CONGRESO INTERNACIONAL DE INFORMACIÓN, 1997. **Actas**.; iv. *Moderno profissional da informação: mercado e formação a partir da realidade brasileira*. In: CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 6, 1998, Aveiro. **Actas**. Lisboa: BAD, 1998. p. 123-135.; v. *Moderno profissional da informação: elementos para sua formação e atuação no Mercosul com vistas ao terceiro milênio*. In: ENCUESTO DE DIRECTORES, 3 / ENCUESTO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2, 1998, Santiago. Formación de los recursos humanos en el área de información en el Mercosur, 1998. p. 19-23.

âmbito de ação e abordagem direcionados à informação científica e técnica, esse discurso defendeu e insistiu na idéia de que na escola de biblioteconomia deve-se preparar “profissionais da informação” modernos, eficientes e competentes. Os termos competência e profissional competente passaram a ser as palavras chaves que impulsionavam o pensamento e a ação de membros da ABEED. Isto exposto em muitos textos, palestras etc., representava-se num discurso que trazia como mensagem subliminar a extinção do bibliotecário, como carreira e cargo profissional, em total contraste com os discursos profissionais na Europa e nos Estados Unidos, por exemplo. Aliás, essa extinção não se deu formalmente no Brasil porque o texto final da Lei 9.674, de 26/06/1998, (que ficou conhecida como a *Lei dos Vetos*²⁷), ao chegar para a sanção presidencial, sofreu corte na redação de todos os artigos que levaria a isso.

Mais uma vez, ficou a evidência de que havia problemas de auto-valorização e percepção de baixa aceitação social e, pior, de que parte desse problema era forjado também por membros da escola de biblioteconomia. A incapacidade de resolver esses problemas entranhados a partir de circunstâncias herdadas do pensamento do início da era moderna européia e do escravismo brasileiro, referidos em Souza (2009, p. 30), a tentativa de superar uma certa paralisia do corporativismo bibliotecário então existente no país, levou a partir dessa ação de membros da ABEED ao outro extremo, isto é, de destruir a formação de bibliotecário, de destruir a identidade do bibliotecário, por um inconsistente “profissional da informação”. Naturalmente, isto instalou um debate que se estendeu por todos os anos do período, identificando-se e contrastando os prós e os contras da adoção de uma nova designação profissional.

Diante das coincidências que se acumularam, a ABEED veio a ser extinta no início do ano 2001 e surgiu uma nova Associação, designada como Associação Brasileira de Ensino em Ciência da Informação (ABECIN). Contudo, a fonte da “boa” inspiração, do Moderno Profissional da Informação, a FID, desapareceu em 2002 e voltou a se fortalecer cada vez mais no âmbito mundial a Federação Internacional de Associação de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA).

²⁷ Do total de 53 artigos que compunham o corpo da Lei, 37 foram totalmente vetados, 2 tiveram vetos parciais e apenas 14 ficaram intactos.

Ainda nos anos finais da década de 1990, decorrente do esforço em responder à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394 de 1996, iniciou-se novamente todo um conjunto de discussões visando formular novos currículos para os vários níveis de ensino no país. No caso do ensino nos níveis fundamental e médio a orientação visava o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e no caso do ensino superior as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN). As orientações gerais foram fornecidas pelo Conselho Nacional de Educação, que através de suas câmaras especializadas delegou a comissões de especialistas a construção das Diretrizes ou Parâmetros, conforme o caso. Em relação às chamadas “Profissões da Informação” visavam construir Diretrizes que pudessem responder aos Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. O propósito estava bem delimitado, isto é, não seriam mais propostos currículos mínimos, mas seria feita a indicação de diretrizes como orientação aos cursos universitários e as tais DCNs para os Cursos de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, particularizadas para cada área, foram estabelecidas em 2001.

Assim, esse período trouxe mais desafios para o ensino de Biblioteconomia e deu possibilidade para a ampliação do número de cursos de graduação em Arquivologia e Museologia. Em 2005 havia mais de quarenta cursos de graduação em funcionamento nessas áreas, cobrindo a quase totalidade dos estados brasileiros. Além deles, existiam em 2005 dez Programas de Pós-Graduação reconhecidos pela ANCIB como parte da área de Ciência da Informação; também se contava com 13 periódicos, dos quais sete criados no período, alguns dos quais reunindo na produção publicada e em seus títulos as duas designações Biblioteconomia e Ciência da Informação.

No que toca à realização de eventos profissionais, estudantis, técnicos e científicos assistiu-se à continuidade do CBBB, dos ENEBDs, a várias reuniões de docentes promovidas pela ABEBD e do nascente ENANCIB. No período, o CBBB realizou seis edições, sendo em Salvador, no ano de 1991; Belo Horizonte, em 1994; São Luís, em 1997; Porto Alegre, em 2000; Fortaleza, em 2002 e Curitiba, em 2005.

Quanto aos Encontros Nacionais de Estudantes de Biblioteconomia e Documentação – ENEBD, eles foram realizados em todos os anos do período, ou seja, 15 edições, nas seguintes cidades e datas: São Paulo – 1991; Aracaju – 1992; Belém – 1993; Fortaleza – 1994; Rio de Janeiro – 1995; Belo Horizonte – 1996; São Luís – 1997;

Florianópolis – 1998; São Carlos – 1999; Brasília – 2000; Natal – 2001; Belo Horizonte – 2002; Curitiba – 2003; Recife – 2004 e Belém – 2005.

No que toca aos encontros de docentes promovidos pela ABEBD²⁸, os relatórios de gestão da entidade, relacionam vários eventos, em geral de pequeno porte, por matéria ou com a abordagem de caráter pedagógico ou didático. Nesse sentido, os relatórios referentes às gestões de 1991 a 1995 e 1998 a 2000, trazem informações acerca de atividades dessa natureza: em agosto de 1992, foi realizado em São Paulo o III Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação (ENEBCI), com a participação de 20 escolas; em novembro de 1993, foi realizado em Belém o I Seminário Nacional de Ensino de Controle Bibliográfico dos Registros do Conhecimento, com a participação de 14 escolas; em abril de 1994, foi realizado em Belo Horizonte, o I Seminário Nacional de Ensino de Administração de Bibliotecas, com a participação de 11 escolas; na seqüência desta atividade, ainda em abril de 1994, foi realizado o III Seminário Nacional de Avaliação Curricular, com a participação de 21 escolas; em agosto de 1995, em São Paulo, foi realizado o Seminário Nacional de Ensino de Biblioteconomia, reunindo 13 escolas, tendo como tema: Informação Aplicada à Biblioteconomia; Produção dos Registros do Conhecimento; Formação e Desenvolvimento de Coleções; Disseminação e Fontes de Informação; ainda em agosto de 1995, foi realizado o IV Encontro Nacional de Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, com o tema "O ensino de Biblioteconomia face ao moderno profissional da informação: perspectivas para o terceiro milênio" e os Subtemas: Ensino e qualidade, Campos de atuação profissional, Perfil do profissional e Ação do educador. A ABECIN a partir de sua criação, em 2001, estimulou e coordenou a realização de oficinas de trabalho regionais, entre 2001 e 2002, em que se pode aprofundar os seguintes temas: "Projeto Pedagógico e Avaliação da Graduação: referências para a renovação e ressignificação do ensino em Biblioteconomia/Ciência da Informação"; "Avaliação da Graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação: bases conceituais, metodológicas e princípios do processo avaliativo"; "Diretrizes para a Construção de Indicadores de Qualidade para a Avaliação de Cursos de Graduação de Biblioteconomia e Ciência da Informação" e "Avaliação do Processo Formativo na Área de Biblioteconomia

²⁸ Cabe ressaltar que a última reunião formal da ABEBD, como entidade representativa, ocorreu em maio de 2001. Nessa ocasião, foi estabelecida a ABECIN como entidade "sucessora" da ABEBD em relação à mobilização das escolas e seus docentes.

/ Ciência da Informação: elaboração de documento referencial". Também promoveu quatro Seminários Pedagógicos e um Encontro Nacional de Ensino, entre 2003 e 2004, tratando de: Gestão da Informação; Fundamentos Teóricos da Biblioteconomia e Ciência da Informação; Recursos e Serviços de Informação; Organização e Tratamento da Informação e "Dimensões Epistemológicas e Pedagógicas da Área de Ciência da Informação". Toda essa temática e as práticas realizadas estavam, sobretudo, relacionadas à implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais, aprovadas em 2001 pelo MEC²⁹.

Como novidade, surgiu no período o Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia (ENANCIB), organizado pela ANCIB, como o espaço de debate das questões de pesquisa e conhecimento em Ciência da Informação, reunindo particularmente os pesquisadores e os programas de pós-graduação em Ciência da Informação e Biblioteconomia existentes no país. No período ocorreram seis encontros. O primeiro realizado em Belo Horizonte, MG – 1994; o segundo em Valinhos, SP – 1995, o terceiro no Rio de Janeiro, RJ – 1997, o quarto em Brasília, DF – 2000; o quinto em Belo Horizonte, MG – 2003; o sexto em Florianópolis, SC – 2005.

Em parte, a criação desse evento aponta para a identidade e auto-proclamação da Ciência da Informação como a vertente pela qual dar-se-á a modernização das estruturas de prestação de serviço de informação. Embora seja um instrumento importante para a área, atende especificamente aos inadiáveis interesses do setor da informação para Ciência, Tecnologia e inovação. De outro lado, este evento reflete a dinâmica que tomou a pós-graduação e pesquisa em Ciência da Informação. Primeiro porque os mestrados mudaram seus objetivos e suas temáticas, a fim de melhor se adequarem aos critérios produtivistas de avaliação da produção dos programas de pós-graduação para efeitos de avaliação dos mesmos pela CAPES; segundo, porque esses critérios passaram a predominar e a exercer uma grande pressão sobre a produção de dissertações e teses, sobre a difusão de "papers" e terceiro porque essa produção é tomada como referência para a instalação do nível de doutorado nos programas que ainda não os implantaram.

²⁹ Mais informações sobre essas atividades podem ser encontradas em: <http://www.abecin.org.br/portal/abecin/documentos/repositorio/relatorio.gestao.2001.2004.ppt>. Acesso em: 21/01/2010.

Dados de pesquisa realizada por SANTOS; KOBASHI; IGAMI; BRESSIANI (2006) mostram, em relação à produção quantitativa de teses e dissertações na área de Ciência de Informação no Brasil, a situação de 1977 a 2001, considerando como variável o número de titulados pelos Programas de Pós-Graduação existentes, tanto com a denominação Biblioteconomia, quanto com a denominação Ciência da Informação. O documento de avaliação da área de Ciências Sociais Aplicadas I, referente ao período 2004-2006, apresenta dados da mesma natureza, considerando o período de 1996 a 2005. Para se chegar ao quantitativo total referente ao período de 1991 a 2005, foram utilizados os dados da primeira fonte (SANTOS; KOBASHI; IGAMI; BRESSIANI) referentes a 1991-1995 e da segunda (CAPES) referentes a 1996-2005. Composto os dados foi identificada a produção de 907 dissertações e 131 teses³⁰.

³⁰ Cabe ressaltar que os números apresentados pelas duas fontes: SANTOS; KOBASHI; IGAMI; BRESSIANI (2006) e CAPES são divergentes para dissertações e teses, ora para mais ora para menos, nos anos de 1996 a 2001

7 O MACROAMBIENTE DO TRABALHO E A DISCUSSÃO (CONTRA)POLITICA SOBRE A PROFISSÃO DE BIBLIOTECÁRIO NO BRASIL NO PERÍODO DE 1991 a 2005

Ao considerar-se que todas as profissões constituem um espaço de exercício de poder, e que no campo de sua atuação busca submeter a todos os leigos, ou aos não profissionais do campo, e deles requerer o reconhecimento da excelência de suas ações, pode-se dizer que há profissões coletivamente mais seguras de suas qualidades e profissões menos seguras. Essas últimas agem como se estivessem, na maior parte do tempo, questionando sua identidade, a qualidade de sua ação, sua autoridade, etc., dando, com isso, uma conotação de falso exercício político ou mesmo expressando um discurso contrapolítico.

Retomando um estudo apresentado por Oliveira (1980d), como dissertação de Mestrado em Biblioteconomia na UNB em 1980, ali se encontra um esforço importante à época visando “estabelecer a auto-imagem do bibliotecário a partir da identificação dos fatores envolvidos na formação de atitudes profissionais e dos valores ocupacionais presentes no exercício da Biblioteconomia.” (p. 15). É importante ressaltar o momento da coleta de dados. Deu-se em 1979, por ocasião do XCBBD. Foram distribuídos 950 questionários e colhidos 337, dos quais 309 foram utilizados para a análise dos dados. Contudo, a autora tratou dados de 316 questionários, agregando características biográficas, profissionais, distribuição por idade e distribuição por tempo de profissão. Isso permite verificar que 49,3% dos participantes tinham mais de seis anos de profissão e 63% tinham idade superior a 30 anos. Disso, pode-se extrair que parte significativa dos participantes ingressara no curso de Biblioteconomia bem no início dos anos 1970 e que um número significativo, com mais de 30 anos de idade, poderia estar já profissionalmente estável.

Segundo a autora, nas conclusões apresentadas, “O profissional participante da pesquisa adota uma atitude defensiva (...) revelando (...) uma cristalização em suas convicções a respeito da Biblioteconomia, além de capacidade limitada de analisar e julgar o próprio trabalho profissional.” (p. 68). Também, com relação ao comportamento detalhista e omissivo “eles necessitam ainda desenvolver sua autoconsciência a respeito de seu papel específico na comunidade de tal forma que adquiram a capacidade de analisar e criticar o próprio trabalho, dispensando assim o uso da negação de fatos reais como forma

de defesa, justificativa e preservação da própria profissão.(p. 69). Com relação a atitude de atuação política em grupo, considerando a ação associativista “eles são absolutamente indiferentes ao movimento associativo, um indicador da ausência de consciência de classe, e de que a atuação das associações pouco está contribuindo para o aperfeiçoamento profissional ou para o fortalecimento da classe bibliotecária” (p. 70). No que toca à auto-estima “a profissão carece ainda de valores como autoridade, consciência de classe, senso de progresso e competição, considerados indispensáveis à identificação da Biblioteconomia como profissão...” p. 70-71). Esse estudo, se tomado como uma amostra relevante do contingente profissional existente no país, demonstra dois fatores importantes para serem examinados:

1 – Esses profissionais têm um sentimento potencialmente negativo de auto valorização, e

2 – Formam uma geração que transferirá e reproduzirá esses valores para as gerações que estarão adentrando os anos 1990 e seguintes, com uma pobre auto imagem ou representação do ser bibliotecário.

Com as atitudes de indiferença, individualismo, acriticidade, em relação ao seu próprio fazer, esse bibliotecário perde a capacidade de fomentar a criação social, pela ausência da capacidade de criticar contextualmente. Ai, se vê por todos os anos 1990, diante do enfretamento de nova configuração econômica que o capitalismo dá ao mundo, com a potencialização da automação em informatização, um bibliotecário aberto à assimilação e implantação acrítica não apenas de novidades tecnológicas mas de um nome “novo” que o situe no mundo, pela falta de convicção sobre quem é.

Nessa situação, fica sensível à aceitação de tudo que vem embutido na noção mal explicada de que há “novos paradigmas” que naturalizam o mundo social e aos quais “naturalmente” deve submeter-se para não retardar o desenvolvimento do mundo e da sociedade; fica também sensível à aceitação da propaganda em torno de um Moderno Profissional da Informação, porque se não aceitar essa ideia não se manterá no mercado pois só aceitando essa denominação poderá carregar os requisitos indispensáveis, para através das habilidades e competências que só virão daí, poderá ter um espaço no mercado

de trabalho; fica igualmente sensível à tentativa da mudança da denominação Curso de Biblioteconomia, porque a Biblioteconomia será a representação do atraso.

Sem ser de nenhum modo exaustivo, por não ser necessário dada a reiteração dos mesmos discursos, com os mesmos frágeis argumentos, centrados na antropomorfização da tecnologia, da globalização, etc., pode-se ver a continuação desse auto flagelamento, ou dessa moralização do “tem que ser” em textos como o de BORGES (2004), SILVA (2004), ao lado de outros que felizmente se esforçam por propor reflexão sobre o papel que exerce (BERTACHINI, 1996), inquirir a realidade, (CRESTANA, 2003; BIANCARDI et al., 2002) ou num viés com maior análise política (PEREIRA; OLIVEIRA, 2004) questionar a adequação de instrumentos do estado que, elaborados por colegas da própria categoria profissional, contém limitações questionáveis ao fortalecimento da prática Bibliotecária.

O contexto em que isso ocorria, ao lado de pressões de várias origens, configurava a forma sob a qual se davam as discussões sobre as políticas das profissões no Brasil, de 1991 a 2005. Mas resta perceber que políticas profissionais não se constituem ao sabor de interesses imediatos. São decorrentes da ordem jurídico e trabalhista que cada nação pode construir ao correr de um longo tempo, sendo considerada por PASTORE, como um dos campos sociais com maior carga de nacionalismo.

No caso brasileiro, as políticas das profissões foram sendo constituídas ao longo das décadas que sucederam à Consolidação das Leis do Trabalho, instituída em 1943. De outro lado, elas fazem parte de um tecido mundial composto por interesses voltados à proteção dos trabalhadores, o que inclui todas as pessoas e/ou profissionais trabalhadores que obtém renda a partir de um vínculo formal de assalariamento. O foco central deste tecido mundial, visto como uma rede, é a Organização Internacional do Trabalho, hoje parte do conjunto de instituições vinculadas à Organização das Nações Unidas (ONU), tendo sido criada pela Conferência de Paz após a Primeira Guerra Mundial e sua “Constituição” foi transformada na Parte XIII do Tratado de Versalhes. (OIT. Brasil). Pode-se afirmar que as grandes questões relacionadas ao embate entre os interesses capitalistas e os interesses trabalhistas são objeto de apreciação no âmbito desta organização multilateral. Outro ponto importante, é que:

“Em 1998, foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. O documento é uma reafirmação

universal da obrigação de respeitar, promover e tornar realidade os princípios refletidos nas Convenções fundamentais da OIT, ainda que não tenham sido ratificados pelos Estados Membros e desde 1999, a OIT trabalha pela manutenção de seus valores e objetivos em prol de uma agenda social que viabilize a continuidade do processo de globalização através de um equilíbrio entre objetivos de eficiência econômica e de equidade social.” (OIT. Brasil).

É necessário chamar a atenção para esse compromisso, na medida em que se deve estar alerta para o fato de que governos e empresariado não têm a primazia de definir como deverão ser as relações de trabalho e emprego sem levar em conta os interesses dos trabalhadores e profissionais e sem tentar cooptar suas consciências para desvio de ações e assimilação de interesses que ultrapassem as convicções dos grupos. De outro lado, isso supõe a não apatia ou indiferença, o desinteresse pela segurança e autoridade profissional. Porém, outra consideração é que as políticas das profissões não autorizam, como uma base epistemológica, a expressão única da vontade dos profissionais, de seus sindicatos e associações, em submeter a sociedade, que garante sua presença e os remunera.

Essas observações reiteram que os profissionais, coletivamente, poderiam inserir no pensamento grupal, o propósito de buscar continuamente e conquistar perante o estado o cumprimento de suas funções de regulação entre os interesses do capital e os interesses dos trabalhadores e profissionais, por sua presença como ente mediador desses interesses diversos, em nome da sociedade.

No ambiente brasileiro, a partir dos anos da década de 1930, também em face da presença da OIT no cenário internacional, começa a se firmar uma política específica voltada à regulamentação das profissões, centrada num princípio geral de proteção do interesse da sociedade ou dos usuários dos serviços prestados pelos profissionais e assegurando às categorias profissionais o reconhecimento de sua contribuição para o desenvolvimento social. Assim, também, os profissionais não são absolutos na definição da extensão, qualidade e valor de seu serviço, pois que estão a serviço da sociedade; além disso seu trabalho é uma contrapartida ao investimento social na formação de seus membros. Individualmente, uma significativa parcela de pessoas logra obtenção de titulação acadêmica e, conseqüente aprendizagem para o exercício profissional em instituições universitárias estatais, ou em instituições privadas total ou parcialmente

sustentadas financeiramente com recursos tributários cobrados de todas as pessoas que consomem produtos e serviços.

A despeito do direcionamento majoritário do capital e de parte de órgãos do estado brasileiro para o mundo flexível e global, que foi intensivamente fortalecido nos anos 1990 e início dos anos 2000, o governo brasileiro continuou com o apoio da OIT a construir mecanismos de gestão para dar organicidade às suas políticas das profissões tendo por princípio a uniformidade de descrição das ocupações.

Conforme o MTE, a estrutura básica da CBO foi elaborada em 1977, fruto de convênio firmado entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas - ONU, através da Organização Internacional do Trabalho - OIT, [...] tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações - CIUO de 1968.” (BRASIL. Ministério...)

Mas, justamente nos anos da década de 1990, é que a CBO vai se tornar um instrumento cada vez mais conhecido da sociedade e do empresariado, por força da atuação do Ministério do trabalho no sentido de atualizá-la, atendendo à portaria nº 1.334, de 21.12.1994. Esse instrumento passou a ser um componente importante para as políticas das profissões. A sua estrutura atual decorre de um grande esforço teórico-prático, assim descrito, pela adoção do

“ método Dacum - Developing A Curriculum, adaptando-o para descrever famílias ocupacionais. A descrição-piloto foi feita pelo SENAI, no Rio de Janeiro, em 1999, a primeira instituição parceira a ser conveniada. Em 2000 e 2001 foram treinados facilitadores de novos conveniados do MTE - FIPE - Universidade de São Paulo, FUNCAMP - Universidade de Campinas, FUNDEP - Universidade Federal de Minas Gerais. Os trabalhos foram concluídos em agosto de 2002.” (BRASIL. Ministério...)

Além do mais, pode-se afirmar que essa atualização da CBO foi resultado da presença, dos trabalhadores de todas as áreas ocupacionais, incluídos os bibliotecários, conforme encontra-se registrado:

“A grande novidade do processo descritivo em relação à CBO anterior é que cada família ocupacional foi descrita por um grupo de 8 a 12 trabalhadores da área, em oficina de trabalho (ou painel) com duração de três dias, sendo dois dias de descrição e um dia de revisão, por outro comitê, também formado por

trabalhadores. Ao todo, foram 1.800 reuniões-dia, em vários pontos do Brasil, com a participação de aproximadamente 7 mil trabalhadores.” (BRASIL. Ministério...)

Porém, há outros fatores a serem considerados quando se analisa essa questão da perspectiva de políticas das profissões. Eles têm relação com as condições concretas de transformação do perfil do emprego e das profissões no período estudado. Grandes desequilíbrios e modificações de demandas, em parte decorrentes das novas maneiras de executar as atividades profissionais, também trouxeram fatos novos, importando para dentro dos corpos profissionais sérias questões relacionadas a:

- a) desequilíbrios na distribuição da renda do trabalho (DRUCK; FRANCO, 2003);
- b) Questões de gênero a exigir novos padrões de emprego e permanência no mercado;
- c) desigualdade de renda em função de gênero, raça;
- d) Precarização da saúde do profissional pela má qualidade do ambiente de execução do trabalho;
- e) Flexibilização produzindo insegurança econômica (SANTOS, 2005);
- f) Intensificação da migração dos postos de trabalho para a promoção do rebaixamento de salários;
- g) migração econômica pela busca de oportunidade de trabalho e renda.

As entidades profissionais poderiam inserir em suas ações a atenção diuturna no sentido de buscar através da ideia de políticas das profissões a manutenção e aprofundamento da discussão sobre esses tópicos. A OIT e o estado, independentemente das ações típicas de alguns governos, ainda são uma poderosa força de sustentação das políticas profissionais, quando instituem instrumentos como a CBO. Através da mesma CBO pode-se conhecer o que há no país como profissões regulamentadas³¹. Quando terminou a década de 1980 as profissões regulamentadas constituíam algumas dezenas. No período de 1991 a 2005 houve grande limitação de novas regulamentações. Isto mostra que o governo tentou, por todos os anos da década dos 1990 desacelerar esse papel do estado, que tem alcance seletivo, considerando que em nosso dia-a-dia há centenas de ocupações

³¹ Em: <http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/regulamentacao.jsf>

que constituem atividades permanentes e identificadoras de um exercício costumeiro de seus trabalhadores³².

Em meio a tudo isso, por exemplo, a Biblioteconomia é uma profissão regulamentada desde os anos da década de 1960. Então, do ponto de vista de uma política das profissões está, no cenário brasileiro, quanto às relações de trabalho, em uma situação estável. No entanto, com se viu acima, aparenta carregar um estado de crise estimulado por uma discussão acadêmica e profissional que trabalha com os pressupostos equivocados, o que implica um problema ético mal resolvido, isto é, em vez de se realizar uma discussão em que as posições de conquista avancem, se faz uma discussão que tenta negar a competência e a capacidade profissional existente. Por partir de posições políticas negativas, a discussão feita por bibliotecários e/ou cientistas da informação de 1991 a 2005 perde em plenitude o que os conceitos de profissão e de ética profissional dispõem.

³² Em http://www.fsindical.org.br/downloads/regulamentacao_profissional.pdf há um documento do DIAP que relaciona 60 profissões regulamentadas e mais de 164 projetos de regulamentação tramitando na Câmara Federal e 5 (cinco) no Senado da República. De outro lado, a própria CBO de 2002 registra mais de 3 mil ocupações cadastradas e 18 mil títulos agrupados em 600 famílias ocupacionais.

8 METODOLOGIA, ESTRATÉGIA DE AÇÃO E SUPERAÇÃO DE LIMITAÇÕES

Para a realização da pesquisa, o trabalho “de campo” envolveu a formação de um *corpus* documental. Inicialmente, fez-se a localização e recolha dos anais respectivos e, mais tarde, dos relatórios gerais³³ das edições do CBBB, circunscritas ao período de 1991 a 2005. Uma vez disponível, esse material recebeu uma primeira leitura e foi descrito no todo em ficha criada para essa finalidade. Na sequência, foi realizada a primeira e localizados os textos com o uso dos termos ética, moral e deontologia profissional se constantes no título, resumo ou palavras chaves do material. Após isso, fez-se a segunda leitura para a extração das idéias centrais e das expressões-chave contidas em cada texto, por sua vez, tomado como discurso, tendo por base a técnica do DSC. Depois, organizou-se as idéias contidas nesses discursos, visando à constituição do material final a ser discutido.

No sentido acima exposto, o uso da técnica do DSC auxiliou na análise do *corpus* encontrado. Afirmar que a Técnica auxiliou na análise corresponde a dizer que dois de seus dispositivos ou operadores: *ideia central* e *expressão chave* foram empregados. *Ideia Central* consiste em “fórmulas sintéticas que descrevem o(s) sentido(s) presentes nos depoimentos de cada resposta e também nos conjuntos de respostas de diferentes indivíduos, que apresentam sentido semelhante ou complementar” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005, p. 22), isto é, têm caráter indicial; *Expressão chave* consiste em “trechos selecionados do material verbal de cada depoimento (ou texto), que melhor descrevem o seu conteúdo” (LEFEVRE; LEFEVRE, 2005, p. 22).

Com a adoção dessa estratégia pretendia-se fazer a identificação de respostas para os seguintes fatores:

1 – De que tratavam os trabalhos apresentados nas edições do CBBB realizadas de 1991 a 2005 que abordavam o tema Ética?

2 – Na respectiva edição do CBBB havia abertura para tratar o tema com a explicitação dos termos Ética, Moral e Deontologia profissional?

³³ Após a constatação da baixa quantidade de “papers” publicados nos Anais das respectivas edições do CBBB sobre a temática, foi decidido que também seriam incluídos os relatórios finais de cada um, a fim de ser verificada a possível inclusão de recomendações que a abordassem.

3 – Qual foi sequência da temática proposta para a realização de cada edição do evento, conforme enunciada no temário?

4 – Quais as recomendações finais contidas nos relatórios gerais de cada edição?

5 - Foi mencionado nos relatórios gerais de cada edição algo correspondente à temática deste estudo, isto é, ética e deontologia profissional?

Relativamente ao acesso aos anais de cada edição do CBBB dentro do período considerado cabe fazer algumas considerações, na medida em que o sucesso da pesquisa dependia da plena disponibilidade desse material, a fim de se poder constituir o *corpus* para assegurar a realização do estudo.

O material referente ao XVI CBBB (1991) foi recuperado em formato impresso, disponível apenas para consulta local na Biblioteca do Centro de Ciências da Educação (CED) da UFSC; o material do XVII CBBB (1994) foi encontrado em formato impresso, disponível para empréstimo, na Biblioteca do CED/UFSC; o material sobre o XVIII CBBB (1997) estava disponível na coleção do pesquisador; o material do XIX CBBB (2000) foi recuperado em CD ROM, disponível para empréstimo, na Biblioteca do CED/UFSC; o material sobre o XX CBBB (2002) foi localizado em CD ROM, disponível apenas para consulta, na Biblioteca Central da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e o material referente ao XXI CBBB (2005) foi encontrado através do site da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB) e em CD ROM, disponível para empréstimo, na biblioteca do CED/UFSC.

A recuperação dos relatórios gerais das edições do Congresso também dependeu de bastante procura e, mesmo assim, nem todos foram encontrados. Conseguiu-se recuperar apenas os relatórios gerais de quatro edições do CBBB. Os relatórios do XVII CBBB (1994), XVIII CBBB (1997) e do XIX CBBB (2000) estavam disponíveis na coleção do pesquisador; o relatório do XXI CBBB (2005) foi recuperado através do site da FEBAB.

É preciso considerar que o material localizado através da Internet nem sempre estava disponível; em algumas buscas o arquivo não abria. Com relação ao material obtido no formato CD, em todo ele houve problemas de ordem técnica, com dificuldade para acesso aos arquivos. Uma vez superada algumas dessas dificuldades, foi possível, trabalhar-se com os conteúdos, isto é, extrair e analisar os trabalhos e as recomendações que tratavam da

temática da pesquisa, com o uso das palavras chave: Ética, Moral e Deontologia profissional.

Após um exaustivo trabalho sobre os anais de seis edições do CBBB foram localizadas apenas duas contribuições tratando da temática em questão. Ambas compunham o material referente ao XX CBBB, realizado em 2002, sendo um artigo e uma apresentação em pôster.

Há uma questão a ser mencionada neste relatório, pois tende a ser recorrente³⁴ quando se trata de trabalhar com a pesquisa institucional sobre a Ciência da Informação e Biblioteconomia no Brasil: trata-se da precariedade das fontes institucionais de informação, nesse caso sobre o CBBB o que faz com que a instituição em causa seja a FEBAB e as associações bibliotecárias a ela filiadas, na condição de executoras da edição do CBBB em sua área de abrangência geográfica. Essa observação se acentua em face do fato de que foi necessária uma minuciosa “caça” aos relatórios gerais do CBBB. Tendo em vista que esse tipo de documento em geral é produzido ao final da edição do evento, nem sempre estará compondo o volume dos anais. Então, a busca junto à FEBAB ou junto à Associação que executou o evento parece ser o caminho mais imediato para a obtenção de cópia. Mas não foi esse o caso nesta pesquisa. A localização deste material foi difícil, pois aparentemente não há a preservação de parte da memória destes eventos, mesmo que seja central e de significativa relevância para a profissão de bibliotecário e base para a compreensão do ingresso e desenvolvimento da Ciência da Informação no país. Diante disso, reitera-se, não foi possível encontrar todos os relatórios gerais das edições do CBBB realizadas no período de 1991 a 2005. Felizmente foram localizados, graças à ajuda e sensibilidade de alguns

³⁴ Assinalo essa recorrência pelo fato de que em pesquisa anterior, também apoiada pelo CNPq, quando recorri à documentação gerada pela ABEED e sob guarda da ABECIN, fiquei na dependência e pude contar com a boa vontade de ex-dirigentes da primeira entidade, que dispunham, parcialmente, de cópias do acervo ou que mantinham em guarda nas instituições onde atuam profissionalmente a documentação referente ao período em que atuaram na Associação. Certamente, essa situação, tendo em vista a necessidade de conservação e a preservação desses acervos para futuros estudos históricos e sociais, poderia merecer a atenção do CNPq, com a criação de uma política de fomento para o resgate dos acervos dessas entidades como suporte à pesquisas futuras relativas às profissões de informação no país. A pesquisa anterior a que me refiro foi: *O impacto da atuação da ABEED na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000* (Processo nº 473200/2006-6, de 10/2006 a 09/2008).

profissionais que participaram das edições em questão e guardaram o material, somente três dos relatórios gerais das seis edições do CBBBD realizadas no período de 1991 a 2005³⁵.

Na medida em que os materiais que compunham os relatórios foram sendo localizados e obtidos, entravam em processamento, isto é, eram lidos, descritos, relidos e sintetizados para poderem ser submetidos à análise do seu discurso.

Assim, foram identificados os fatores:

1 – De que tratavam os trabalhos apresentados nas edições do CBBBD realizadas de 1991 a 2005 que abordavam o tema Ética?

2 – Na respectiva edição do CBBBD havia abertura para tratar o tema com a explicitação dos termos Ética, Moral e Deontologia profissional?

3 – Qual foi a sequência da temática proposta para a realização de cada edição do evento, conforme enunciada no sumário?

4 – Quais as recomendações finais contidas nos relatórios gerais de cada edição?

5 – Foi mencionado nos relatórios gerais de cada edição algo correspondente à temática deste estudo, isto é, ética e deontologia profissional?

Esses procedimentos, incluídas as escolhas que o próprio desenrolar da pesquisa suscitou, constituíram a estratégia metodológica e operacional aplicada ao longo do desenvolvimento da pesquisa apresentada por meio deste relatório.

³⁵ Destaco a colaboração da Presidente da FEBAB, Sigrid Karin Weiss Dutra que, uma vez contatada, imediatamente informou-me sobre a possível localização de alguns materiais e fez contatos com as Associações executoras das edições do CBBBD. Foi de grande valor o contato com a Presidente da Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão, Bibliotecária Auriléia, que me pôs em contato com o Bibliotecário João Maia, o qual localizou, reproduziu por escaneamento e me enviou o Relatório Final do XVIII CBBBD, lavrado pela Profa. Clea Dubeaux Pinto Pimentel. Registro também os contatos realizados, a esse propósito, com a Professora Lídia Cavalcanti, da UFSC e com a Bibliotecária Iole Terso, da UFBA. A prontidão e a atenção das redes de contato para o desenvolvimento desse tipo de pesquisa, constitui um apoio indispensável.

9 A ANÁLISE DO *CORPUS* DOCUMENTAL ENCONTRADO

O *corpus* documental sobre o qual foi realizado o estudo “de campo” foi composto pelos anais de seis edições do CBBB, realizadas de 1991 a 2005. A este material foram acrescentados os relatórios gerais localizados e obtidos referentes a quatro dessas edições, que são as seguintes:

- XVI CBBB, realizado em Salvador, no ano de 1991 (sem relatório geral);
- XVII CBBB, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1994 (com relatório geral);
- XVIII CBBB, realizado em São Luiz, no ano de 1997 (com relatório geral);
- XIX CBBB, realizado em Porto Alegre, no ano de 2000 (com relatório geral);
- XX CBBB, realizado em Fortaleza, no ano de 2002 (sem relatório geral);
- XXI CBBB, realizado em Curitiba, no ano de 2005 (com relatório geral).

Nos anais de cinco edições do CBBB não se identificou trabalhos que respondessem a temática a partir da utilização dos seguintes termos de localização, incluídos no título, resumo ou palavras chave : Ética, Moral e Deontologia profissional.

Com isso, será apresentada a seguir a análise de cada um desses anais e, mais adiante dos relatórios gerais.

9.1 Análise dos anais³⁶

As análises serão apresentadas considerando a ordem crescente de numeração atribuída às edições do CBBB.

³⁶ Para as análises apresentadas nesta seção, referentes aos “anais” e aos “relatórios gerais” das edições de 1991 a 2005 do CBBB, contei a colaboração da bolsista de Iniciação Científica Katiusa Stumpf.

a) XVI CBBD

Nesta edição do CBBD, realizada em Salvador, no ano de 1991, nada foi encontrado sobre o tema.

O tema central desta edição foi “Biblioteca e desenvolvimento econômico e social”. Esse tema por tratar de questões sociais relacionadas à biblioteconomia e ciência da informação dava margem para a abordagem de questões éticas. Entretanto, nenhum trabalho sobre a ética bibliotecária ou da informação foi apresentado. Os subtemas abordados foram:

“A biblioteca pública no processo de educação permanente”;

“A questão das bibliotecas escolares”;

“Articulação universidade/sociedade: contribuição da biblioteca universitária”;

“Pesquisa e desenvolvimento: contribuição da biblioteca especializada”;

“Novos suportes para gerenciamento e armazenamento da informação”;

“Biblioteca, desenvolvimento social e cultura”;

“Ensino de Biblioteconomia”.

b) XVII CBBD

Nesta edição do CBBD, realizada em Belo Horizonte, no ano de 1994, igualmente ao que foi verificado na edição do CBBD anterior, nada foi encontrado sobre a temática em questão.

O tema central desta edição foi a “Transferência da informação no limiar do ano 2000”, um tema bastante abrangente, mas focalizando, em especial, o seguinte:

“Informação para ciência, tecnologia e negócios”;

“Redes e sistemas de informação”

“Indústria e o mercado da informação” e

“Direito à informação e à leitura: construção da cidadania.”.

c) XVIII CBBB

Nesta edição do CBBB, realizada em São Luis, no ano de 1997, mais uma vez nada foi encontrado sobre Ética profissional.

O tema central desta edição foi “Os cenários da biblioteconomia em face da globalização da informação”.

Esse temário foi dividido em quatro áreas de interação:

“Os Cenários e a Visão Estratégica da Biblioteconomia no Terceiro Milênio”;

“Políticas e Tecnologias de Informação e Comunicação”;

“Mercado de Informação e Formação Profissional”; e

“Organização dos Profissionais da Informação na Sociedade do Conhecimento”.

d) XIX CBBB

Nesta edição do CBBB, realizada em Porto Alegre, no ano de 2000, de novo nada foi encontrado sobre o tema. Mas se comparado com as edições anteriormente analisadas, percebe-se um pequeno trecho no discurso proferido em sua abertura, em que menciona o assunto.

O tema central foi: *“Informação para a cidadania”*. O XIX CBBB também buscou refletir sobre a formação do profissional do terceiro milênio, numa perspectiva mais solidária, participativa e qualificada, propondo alternativas para a consolidação de uma sociedade da informação fundamentada na valorização, preservação e difusão dos bens culturais.

Foram tratados temas como os avanços tecnológicos e o crescente acúmulo de informações disponíveis nas diversas áreas do conhecimento, o fato da informação continuar sendo um recurso inacessível para muitos e uma forma de poder disponível apenas para as minorias privilegiadas. Também foi abordada a dificuldade de se obter informações como sendo este um dos fatores que tem condicionado as desigualdades, a falta de participação do indivíduo e da coletividade, além de apontar a necessidade de se refletir sobre o processo de transferência da informação.

O discurso de abertura feito no XIX CBBB destacou, ainda, a importância em se propiciar, cada vez mais, oportunidades de debates entre os profissionais da informação, neste caso específico, tanto entre os bibliotecários como com outros segmentos representativos da sociedade.

A Ética esteve presente no discurso de abertura quando foi destacada a busca de diretrizes norteadoras para uma conduta baseada na ética e na justiça social capaz de evitar que a sociedade da informação globalizada venha a favorecer um processo de desumanização dos indivíduos. Também foi afirmado que deveriam ser colocados em pauta os novos nichos de mercado, que se abrem para os profissionais bibliotecários, principalmente aqueles ligados à gestão do conhecimento, prospecção tecnológica, inteligência competitiva e informação empresarial. Assim, as questões éticas, jurídicas e estratégicas que exigem reflexões sobre a realidade, bem como auxiliam a focalizar as bases para a implementação do acesso irrestrito à informação, formaram o foco dos debates que foram apresentados nesse evento.

e) XX CBBB

Nesta edição do CBBB, realizada em Fortaleza, no ano de 2002, foi abordado o tema Ética. Nele houve predominância da análise das questões sociais da biblioteconomia e ciência da informação, dando abertura para tratar a temática abordada neste estudo. Foi explicitamente apresentado o tema: Ética, como um dos seus subtemas, mesmo estando colocado como o antepenúltimo, em uma lista de 10 (dez) subtemas:

“Conhecimento e Pessoas: o capital humano na era da informação”;

“O Ser Humano e a Diversidade Cultural na Sociedade da Informação”;

“Acesso e Excesso de Informações”;

“Contrastes da Sociedade da Informação”;

“A Informatização da Palavra: outras dimensões da comunicação e da sociabilidade”;

“A Nova Economia: novas agendas de desenvolvimento”;

“Políticas de Informação para a Cidadania”;

“Ciência e Ética: os desafios da complexidade na sociedade do conhecimento”;
“Ecoinformação”;
“A Informação como Fator de Inclusão Social”.

Considerando os textos apresentados, tem-se:

- **TEXTO A** - (pôster) “A Dimensão Ética do Profissional Bibliotecário Ludovicense diante das novas tecnologias de informação”;
- **TEXTO B** - (artigo) “Ciência, Ética e Tecnologia: uma Abordagem Multidisciplinar”;

O texto [A] tratou sobre a ética do bibliotecário ludovicense diante das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs). Neste contexto foram discutidos os valores éticos na sociedade da informação e a influência das novas tecnologias no comportamento do profissional bibliotecário.

Desta forma, foram abordados os seguintes aspectos nesse texto:

- Ética profissional, quando foi abordado sobre a questão da ética e sua relação com a profissão de bibliotecário destacando, ainda, os valores éticos na sociedade da informação;
- A concepção ética dos bibliotecários ludovicenses, quando foram analisadas algumas variáveis, através do mapeamento das bibliotecas especializadas situadas em São Luís (MA), tais como: concepção, práticas informacionais, deveres e obrigações do Código de Ética, direitos autorais de publicações eletrônicas, imagem profissional, competitividade, introdução das NTICs e comportamento profissional, perfil do bibliotecário, mudança do usuário e capacitação profissional;
- A influência das NTICs, quando foi analisada tal influência no comportamento profissional do bibliotecário e mudanças ocorridas em unidades de informação especializadas;
- A concepção ética constatada nos bibliotecários ludovicenses, quando constatou-se que os sujeitos estudados apresentaram uma concepção de ética definida, mostrando-se conscientes sobre a importância da ética na profissão, acreditando na

eficiência dos Códigos de Ética, na necessidade de maiores discussões com relação aos direitos autorais na Internet, comprometimento das imagens institucional e profissional em virtude da falta de ética, adaptação às NTICs, conscientização da responsabilidade social da profissão e mudança positiva de atitude da clientela e do profissional diante da sociedade da informação.

Por sua vez, o texto [B] abordou a ciência e tecnologia associadas às questões éticas. Assim, foi discutida a interface entre:

- 1 - a ciência, entendida como a busca da verdade e do avanço do conhecimento,
- 2 - a ética, entendida como uma norma de conduta ou código moral, e
- 3 - a tecnologia, entendida como transformação do conhecimento científico em aplicação.

Também buscou ressaltar a ciência e a tecnologia associadas às questões éticas, ou seja, ao comportamento social e buscou analisar o conceito de ética, juntamente com a complexidade da ciência e da tecnologia.

Nesse texto [B] foi apresentada a discussão dos seguintes aspectos:

- Equidade, quando foi destacada a importância de se garantir a igualdade de participação em um novo padrão de desenvolvimento, onde o uso crescente da tecnologia da informação e da comunicação pudesse aproximar pessoas e instituições e não tornar as diferenças sociais mais profundas;
- Pesquisa e globalização, quando destacou que a tecnologia moderna é o suporte do processo da globalização e sem ela não seria possível a produção em massa, a internacionalização dos processos produtivos e o incremento das pesquisas;
- Ética e decisões políticas, quando foram discutidos os diversos dilemas éticos que cercam o mundo contemporâneo, dentre eles as decisões políticas necessárias para viabilizar a realização de investigações e pesquisas em todas as áreas do conhecimento;
- Ética e desigualdade social, quando destacou que as exigências éticas e os prováveis benefícios decorrentes da sua aplicação, impondo padrões de segurança e eficácia

muito elevados, faz com que se corra o risco do agravamento da desigualdade social;

- Ética na solução de problemas sociais, quando foi constatada a necessidade em se enfatizar a produção de conhecimento, nas áreas da educação, saúde, pesquisa básica e do desenvolvimento tecnológico, buscando-se novos padrões éticos para a solução dos graves problemas da população;
- Percepção da sociedade quanto aos benefícios proporcionados pela ciência e pela tecnologia, quando foi afirmado que a ciência e a tecnologia seguem em ritmo vertiginoso de profundas transformações e que, conseqüentemente, a sociedade vai absorvendo essas transformações com novos conceitos, novas perspectivas e renovadas esperanças, com o surgimento, por exemplo, da cura de doenças “incuráveis” até hoje, da regeneração de órgãos, do surgimento de novos medicamentos e outros;
- Aprendizado contínuo, quando foi abordado sobre o fato de que atualmente grande parte das informações obtidas por um profissional, ao terminar seu curso, já estão obsoletas. Portanto, é necessário se ensinar o processo de um aprendizado contínuo;
- Vigilância ética, quando a ética foi tratada como um sinal de alerta para que não se ultrapassem os limites onde tudo é permitido, mas que também não seja responsável pela criação de obstáculos para o progresso científico e tecnológico;
- A conduta ética percebida e exigida, quando foi destacada a recente valorização, perante a opinião pública, do comportamento ético, tanto no âmbito empresarial quanto no político. Considerando que a conduta ética é cada vez mais exigida e observada por essa mesma sociedade, tornando-a obrigatória a profissionais das mais diversas áreas, aos políticos e às empresas;
- Valores modificados, quando considerou que nesse novo cenário social, a ciência, a ética e a tecnologia exercem um papel fundamental na sociedade da informação. E que sua complexidade faz com que valores estejam sofrendo modificações;
- Comprometimento do homem com a moral, quando foi abordada a ideia de que deve-se manter alerta e ter sempre em mente o comprometimento do homem com a moral, em suas ações, atividades, projetos e planos;

- Ética, utilidade e aperfeiçoamento, quando foi destacado o fato de que a ética garante ao homem ser útil e produtivo, em luta para o aperfeiçoamento, nunca completo ou acabado.

f) XXI CBBB

Nesta edição do CBBB, realizada em Curitiba, no ano de 2005, nada foi encontrado sobre a temática.

O tema central do evento foi: “*Livro, Leitura e Biblioteca: Exercício da Cidadania*”. Sendo o ano de 2005 designado pelo Centro Regional para el Fomento del Libro em América (CERLALC) como Ano Ibero-Americano da Leitura (VIVALEITURA no Brasil), esta edição do CBBB transformou-se num espaço de significativa importância para a análise da política do livro, da leitura e o papel das bibliotecas para a inclusão social e digital no país. Essa circunstância supõe que a ética fosse um tópico relevante e presente, sobretudo tendo em vista o aspecto designado como inclusão social.

9.1 Análise dos relatórios gerais

a) XVII CBBB

O relato geral e recomendações do XVII CBBB, também chamado de BIBLOS 2000, realizado em Belo Horizonte, no ano de 1994, mostra um temário central e sub-temas que não deram clara abertura para tratar o tema: Ética e Deontologia profissional. Os sub-temas enfocaram “*Informação para a ciência, tecnologia e negócios*”, “*Redes e Sistemas de Informação*”; “*Indústria e mercado da Informação*” e “*Direito à informação e à leitura: construção da cidadania*”. Embora o último tópico pudesse abranger a temática, por enfatizar a construção da cidadania, não o fez devidamente.

Quanto às recomendações, foram dirigidas ao IBICT, às Instituições da Comunidade Científica e Acadêmica, aos Serviços de Informação, às Escolas de

Biblioteconomia, à FEBAB, ABEED e CFB, aos Profissionais da Informação, sempre enfatizando a urgência da implantação das novas tecnologias da informação, a assimilação da informação como negócio a ser gerida como tal e, inclusive, indicando que até 1996 dever-se-ia realizar ampla discussão sobre a denominação dos profissionais e da profissão.

b) XVIII CBBB

De acordo com o relatório geral do XVIII CBBB, realizado em São Luiz, no ano de 1997, o temário central e os sub-temas não deram abertura para tratar o tema: *Ética e Deontologia profissional*. Embora os dois últimos sub-temas “*Mercado de Informação e Formação Profissional*”; e “*Organização dos Profissionais da Informação na Sociedade do Conhecimento*” pudessem abranger a temática, como por exemplo, a relevância de uma disciplina sobre *Ética e Deontologia profissional* no processo de formação profissional.

Ao término do evento registrou-se que é normal o fato de uma biblioteconomia historicamente tradicional como é a brasileira, deparar-se com crise de identidade quando desafiada a mudar, não apenas para acompanhar o desenvolvimento, mas para sobreviver como profissão.

Por fim, foram destacados outros aspectos nos quais as unidades de informação precisam estar atentas como, por exemplo:

- Direitos do autor;
- Direito a privacidade das pessoas;
- Direito de acesso à informação e aos serviços de informação.

É relevante ressaltar-se que estes três itens são abordados em três doutrinas Éticas. No primeiro caso trata-se da Teoria Ético-política da Justiça que apresenta como princípios a interiorização de valores, normas e leis estipuladas democraticamente pelos líderes da sociedade. No segundo caso, da *Ética da Alteridade* que leva em consideração as diferenças e subjetividades dos indivíduos, onde a opinião do outro é sempre considerada. E no terceiro caso, da Teoria da *Ética do Discurso* que consiste no pensamento reflexivo, no

direito ao acesso a informação, assim como no direito de livre expressão, além, de abordar os direitos humanos.

Assim, de certa forma, foram sugeridas questões de âmbito social e também de caráter ético a serem consideradas, embora nenhuma recomendação explícita tenha sido dada para que a temática: Ética, Moral e Deontologia profissional viesse a ser abordada nas próximas edições do CBBB.

c) XIX CBBB

O relatório geral do XIX CBBB, realizado em Porto Alegre, no ano de 2000, deixa perceber que o quarto e último sub-tema, denominado “*Direito à informação e à leitura: construção da cidadania*” deu abertura para tratar de questões éticas e de direitos humanos. Todavia, o relatório não mencionou o tema: Ética. Destacando, apenas, a realização de uma mesa redonda que teve como foco de discussão alguns requisitos necessários para a formação de um profissional da informação mais voltado para as questões sociais e culturais, para o atendimento do usuário e menos para o processamento técnico.

Também foi destacada a falta de democratização da informação que passa pela atuação autoritária do Estado na formação de políticas que não privilegiam as reais necessidades de informação da sociedade e acabam por concentrar cada vez mais o capital cultural. Desta forma, foi abordada a necessidade de se trabalharem os conceitos relativos à democratização da sociedade e cidadania na formação do bibliotecário, para que a biblioteca se configure como espaço importante na formação dos cidadãos.

Por fim, foi recomendado aos profissionais da informação que contribuam para a formação do cidadão crítico através de todo tipo de biblioteca e que as novas tecnologias também sejam utilizadas para este fim.

d) XXI CBBB

Conforme o relatório geral do XXI CBBB, este congresso foi iniciado com a realização de 8 (oito) cursos de extensão, entretanto, nenhum deles tratava do tema Ética e, apenas 2 (dois) cursos abordavam questões mais sociais, sendo eles, (4. Dinamização da

leitura e projetos culturais na biblioteca; 7. Biblioteca e Educação: elementos de um novo paradigma para a busca de informação). O restante dos cursos ofertado abordou questões relativas à gestão e ao processamento técnico.

O Congresso em questão não teve no temário principal, nem nos subtemas, a programação da abordagem de questões éticas. Conforme o relatório geral do evento foram tratadas questões como: “Livros e Bibliotecas: coração da Sociedade da Informação”, uma aula de história do livro, entremeadas com princípios de metodologia de ensino; outra questão apresentada dizia respeito as atividades desenvolvidas pelo Programa FOME DO LIVRO, onde foi referido o Plano Nacional do Livro e da Leitura e a criação do Instituto Brasileiro do Livro e da Leitura.

O tema princípios fundamentais das práticas pedagógicas e informacionais também foi destacado e levantou questões de ordem estrutural na formação profissional, que exige uma re-orientação para a área de informação educacional. Além disso, foram levantadas questões quanto à missão e aos objetivos comuns ao Professor e ao Bibliotecário, concluindo que ambos se propõem incentivar a leitura e a pesquisa bibliográfica. Foram tratados, ainda, esses outros temas: “Competência Virtual em Ciência da Informação”; “Novas Estratégias de Incentivo à Leitura: crianças carentes berlinenses de um bairro carente a caminho da habilidade lingüística”; “Telecentros: instrumentos de inclusão social e digital”; “Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação para o Ensino à Distância”; “Acessibilidade à informação por pessoas portadoras de deficiências”, como assuntos de outros trabalhos apresentados.

Desta forma, como se pôde ver, questões sociais foram abordadas e o espaço para discutir a temática: Ética, Moral e Deontologia profissional foi fornecido. Mesmo assim, viu-se que o tema não apareceu no Congresso, nem foi lembrado ou sugerido ao término do evento. Dentre as recomendações finais apontadas, nada foi dedicado para o incentivo a futuras discussões sobre as questões éticas relativas aos profissionais da informação.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se à última etapa deste relatório com o levantamento de ditos explicitados em dois trabalhos apresentados na XX edição do CBBB e com muitos não ditos. Os ditos, ou o que o foi explicitado, é da maior relevância, porém os não ditos representam muito. A ausência de tratamento explícito de certos temas revela uma fenomenologia do contexto e a maneira peculiar como os indivíduos a ela reagem.

Cuidando-se dos ditos, percebe-se que os 2 (dois) trabalhos que abordaram o tema Ética dentre os quase 1.000 textos apresentados sobre os mais variados temas nas seis edições do CBBB, realizadas de 1991 a 2005, abrangeram um leque amplo de temas sobre a Ética profissional em biblioteconomia e ciência da informação. Nesses dois textos foram mencionadas questões referentes à ética do bibliotecário diante das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs); ética e decisões políticas; ética e desigualdade social; ética na solução de problemas sociais; vigilância ética; conduta ética percebida e exigida pela opinião pública; comprometimento do homem com a moral; ética, utilidade e aperfeiçoamento; caráter ético; postura ética; percepção da ética profissional pela sociedade; ética no Tratamento Temático da Informação (TTI); valores éticos não reconhecidos; carência de literatura científica sobre o tema ética; disciplina: ética Profissional e da Informação dentre outras variantes.

Pode-se imaginar através desses ditos que, pela rapidez e exigüidade com que se referiram a vários componentes da questão ética, seus autores perscrutaram no temário do evento a possibilidade de afirmarem algo. Talvez buscassem chamar a atenção para uma temática em si carregada de nuances que mesmo estando no cotidiano parecem ser assuntos exotéricos, distantes ou, de outro lado, carregados de sutilezas fora da materialidade da ação informacional.

Se tomar-se em consideração que no início dos anos 1960 havia no Brasil poucos profissionais de Biblioteconomia e que ao realizarem suas edições do CBBB pensavam sobre problemas sociais mais vigorosamente do que aqueles que realizaram as edições do CBBB após 1991, pode-se perguntar: o que houve? Onde se situa a diferença? Que perspectivas éticas predominavam nos bibliotecários que nesses distintos momentos

organizavam e participavam do CBBD? Que identidade pessoal e profissional predominava nos dois momentos? Pode-se buscar uma explicação teórica para isso! Berger & Luckmann quando teorizam sobre os processos de subjetivação que os humanos enfrentam cotidianamente na sociedade afirmam que:

“a identidade é formada por processos sociais e, uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social” (p. 228).

Ora, o que era o mundo dos anos 1950, do pós-guerra, purgando o nazismo? O que era o Brasil, em início de industrialização, com a recém-inaugurada indústria automobilística, com a construção de Brasília, com implantação da televisão, com a tentativa de Paulo Freire de implantar o seu método de alfabetização, com a intensificação da migração interna do nordeste para São Paulo e para Brasília? O que era a universidade? Quem a ela tinha acesso? Assim, que era o bibliotecário? Em quais estados já haviam cursos de Biblioteconomia instalados? Quais eram as práticas profissionais que predominavam? O que se ensinava e como se ensinava Biblioteconomia? Quem ensinava Biblioteconomia e com que domínio e sob que tipo de contrato³⁷?

Essas questões mostram que se está a falar neste relatório de situações que emanam de identidades bibliotecárias distintas. O bibliotecário que pensou sobre ética e chegou ao Código de Ética em 1963 e muito diferente do seu sucessor de 1991-1995. Isso vem do fato

³⁷ No relatório da pesquisa “O impacto da atuação da ABEBD na evolução do currículo de graduação em Biblioteconomia no Brasil, entre os anos 1967 e 2000”, desenvolvida com apoio financeiro do CNPq (Processo nº 473200/2006-6, de outubro de 2006 a setembro de 2008), reconstitui e sintetizei (p. 64) o entendimento de ex-dirigentes da entidade sobre os primeiros anos do ensino de Biblioteconomia, após a implantação da Lei de regulamentação profissional. “Em 1967, nós estávamos ainda com aquele primeiro currículo de 1962 e a criação da ABEBD foi fundamental porque antes eram iniciativas de pessoas. A profissão havia sido regulamentada também em 1962. Naquele momento, o professor não tinha vinculação de contrato de trabalho em carreira docente. Não havia Projeto Pedagógico, existia uma idéia de formar o aluno com perfil tal e tal. E era muito difícil e era novo falar de pesquisa na graduação. A intenção era promover e fortalecer a classe, os professores. Naquela época, as atividades associativa e acadêmica estavam muito juntas, porque eram os professores que eram a liderança. A atividade da corporação estava dentro da academia, fertilizando o efeito multiplicador. A existência da ABEBD foi importante para que as escolas e os educadores se enxergassem um pouco no contexto brasileiro, a partir da nova realidade: uma realidade das escolas e, principalmente, como fórum para aglutinar, socializar as inquietações, preocupações e propostas da área, ser âncora para que essas discussões ocorressem, ser porta voz, ser um espaço comum. A ABEBD teve um grande envolvimento com a concepção do novo currículo mínimo. Foi a grande idealizadora do movimento de revisão, de reformulação, de um repensar do currículo”.

de que os processos sociais preponderantes nos anos 1950 e 1960 eram distintos daqueles preponderantes nos anos 1970, 1980. É verdade que existem contínuos e isso não é negado pela afirmação de Berger & Luckmann. E por haver um contínuo é que se percebe a diferença que foi produzida, tanto pelo funcionamento do coletivo, quanto pela “leitura de mundo” que esse coletivo faz do que está dentro do seu cotidiano próximo, quanto pelas importações de valores que os que estão neste cotidiano próximo fazem e que contribuem para que eles redefinam suas ações e sua própria estrutura material e mental.

Dentre as mudanças de estrutura material, o próprio CBBB em seus anos iniciais é um “espaço” de afirmação de uma postura democrática do coletivo bibliotecário. Esse coletivo podia assim agir praticando uma postura ética utilitária, que visava fomentar para a sociedade onde atuava os meios de superação da pobreza econômica sob uma perspectiva igualitária que viria a corresponder ao que mais tarde Rawls formulou na sua Teoria Ético-política da justiça.

Assim, nessas primeiras edições do CBBB foram tomadas decisões de descentralização como a de recomendar que as Escolas de Biblioteconomia formassem uma associação e um fórum próprio de discussão; que os estudantes de biblioteconomia tivessem seu fórum de discussão, etc. Essa noção de apoiar a singularidade e de delegar deu margem a uma dispersão de iniciativas que levaram à criação da associação de pós-graduação e seu fórum próprio, assim como a criação de eventos por segmentos especializados, como o das bibliotecas universitárias e de ética na informação. É evidente que cada um desses desdobramentos também abria vertentes para o exame de questões éticas mais complexas; contudo, aquele coletivo bibliotecário ao estar se direcionando para especificidades práticas distanciou-se das interrogações apropriadas a essa temática mais ampla.

Quanto às importações de valores que o grupo fez, ao longo do tempo, e que colaboram para a redefinição de seu cotidiano, constituindo um novo coletivo nos anos recentes, com uma nova identidade, estão mais vivamente presentes na última década do século passado, os valores da eficácia, da flexibilidade, da empregabilidade, da rapidez no fornecimento de respostas; todos valores vinculados ao fechamento da criticidade, em parte herdado da ditadura político-militar que o país sofreu a partir de 1964. Desse modo, à altura de 2005, estão ainda presentes os efeitos do discurso neoliberal dos anos 1990: que

postulou a redução do estado, setor notadamente empregador de bibliotecários e cientistas da informação; que fomentou o enfraquecimento das entidades sindicais e associações profissionais e científicas, que vivem a ausência de sócios pagantes e voluntários dirigentes, que carecem de recursos para a manutenção de equipes de trabalho para dar sustentação a demandas políticas que poderiam chegar aos tomadores de decisão sobre políticas públicas de informação; que amplifica a excelência da modernidade/modernização e do domínio dos recursos da automação/informatização; que repete os refrões de uma nova ordem econômica que faz dos ricos mais ricos e dos pobres mais pobres dos meios que produzem a qualidade de vida e a dignificação da existência humana.

Porém, entre os dois coletivos bibliotecários, que ao segundo se acrescentam os cientistas da informação, se manifesta a continuidade do pouco tratamento do tema no ensino, na pesquisa, na discussão dos temas da ética que, certamente, se tornaram mais complexos a partir dos anos 1980. Fica o sentimento em quem analisa o ambiente da biblioteconomia e ciência da informação no Brasil de que as prescrições e descrições do Código de Ética do Bibliotecário brasileiro □ que existe desde 1963 e que foi reformulado cosmeticamente em outros momentos, sendo o último em 2002, □ são suficientes para a existência desses coletivos. Mas aí cabe perguntar: como ficam as questões concretas relativas à *censura, privacidade, acesso à informação, equilíbrio no desenvolvimento a coleção, direito autoral, uso justo, problemas de cidadania, competência no fornecimento de informação adequada ou correta, ética da informação científica, da tecnologia da informação e da informação na sociedade, questões éticas em gestão de sistemas de informação e política de informação*, por exemplo? Elas não se manifestam nos ambientes de atuação do bibliotecário e do cientista da informação no Brasil, desde 1991?

Parece estranho, que quase não haja ditos sobre isso nas edições do CBBB realizadas de 1991 a 2005, sobretudo por que o Brasil, a partir de 1988, passou a ter a Constituição Federal mais avançada em termos sociais. Constituição, ou Lei básica, que dispõe de bases para a construção de caminhos visando às soluções para as múltiplas e complexas questões associadas a:

- a) desequilíbrios na distribuição da renda do trabalho;
- b) questões de gênero;
- c) questões de raça;

- d) saúde do trabalhador;
- e) insegurança econômica;
- f) acesso à informação;
- g) acesso à leitura;
- etc.

Assim, pela via dos não ditos, foi possível constatar que a maioria das edições do CBBB realizadas de 1991 a 2005 concebeu um temário que não deu abertura para o tratamento do tema Ética na biblioteconomia e na informação. Na única oportunidade em que isso ocorreu, não o foi de forma explícita, ou seja, não fora criado um subtema para tratar abertamente das questões pertinentes ao universo das práticas biblioteconômicas e informacionais.

Quanto à articulação ou sequência proposta no interior do temário de cada edição, observou-se que as questões dirigidas ao caráter social da biblioteconomia e ciência da informação, inclusive no que diz respeito à temática Ética profissional, sempre que suscitadas, foram enunciados no final da listagem de subtemas. De outro lado, as questões referentes ao processamento técnico ou a gestão, apareceram sempre em primeiro plano.

Olhando-se a articulação temática nas edições sucessivas do CBBB, realizadas de 1991 a 2005, observou-se que, na maioria das vezes, nenhuma recomendação final dos relatórios gerais manifestou maior interesse nos temas relacionados à ética, como merecedora de tratamento em edições ulteriores do CBBB.

Se for tomado como ponto de partida que a ética na biblioteconomia e na informação são relevantes para os profissionais que formam o coletivo de bibliotecários dos anos 1990 e seguintes, pode-se inquirir sobre quais fatores além da questão psicológica da identidade teria desmotivado a discussão de forma mais sistemática no CBBB. Esse é um esforço necessário de ser desenvolvido nas próximas pesquisas sobre ética e deontologia profissional da biblioteconomia e ciência da informação no contexto brasileiro. Pois enquanto se pode fazer um juízo de que os bibliotecários que formavam o coletivo dos anos 1950 e 1960 tenderiam para uma visão de conduta utilitarista que poderia produzir uma justiça social, não é possível formar ainda um juízo mais definido sobre o coletivo de bibliotecários dos anos 1970, 1980 e 1990 e seguintes.

REFERÊNCIAS / BIBLIOGRAFIA

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.). **Infoproletários**; degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAGÃO, Esmeralda Maria de; FREITAS, Joseania Miranda. **Denise Tavares**: traços biográficos. Salvador: EdUFBA, 2008.

ARANHA, Mônica. A ética informacional na produção científica brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Comunicação apresentada ao IX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO. Florianópolis, 28 de abril a 1º. de maio de 2007. Disponível em: http://www.erebd.ced.ufsc.br/portal/Textos_Anais/etica_informacional_producao_cientifica_brasileira.pdf. Acesso em: 10/10/2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. 176p.

BAUMGARTEN, Maira (Org.). **Conhecimento e redes**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2005.

_____. **A era do conhecimento**: Mátrix ou Ágora? Porto Alegre/Brasília: Ed. UFRGS/Ed. UNB, 2001.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**; tratado de Sociologia do Conhecimento. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986..

BERTACHINI, Maria de Lurdes. O Docente de Biblioteconomia Construindo Sua Auto-imagem. **Inf.&Inf.**, Londrina, v.1, n.1, p.41-44, jan./jun. 1996.

BIANCARDI, Alzinete Maria Rocon et al. O cenário do mercado de trabalho em biblioteconomia na percepção dos empresários capixabas. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 167-178, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/680/465>. Acesso em: 21/01/2010.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 125p.

BORGES, Maria Alice Guimarães. O profissional da informação: somatório de formações, competências e habilidades. In: BAPTISTA, Sofia Galvão; MUELLER, Suzana P.

Machado (Org.). **Profissional da informação**: o espaço de trabalho. Brasília: Thesaurus, 2004. P. 55-69.

BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E.; FERREIRA, M. Abordagens da ética nos cursos de Biblioteconomia e campos afins das Instituições de Ensino Superior brasileiras. In: GOMES, H. F.; BOTTENTUIT, A. M.; OLIVEIRA, M. O. E. (Org.). **Ética na sociedade, na área da informação e da atuação profissional**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2009. p. 162-187.

BRAGA, Ruy. A vingança de Braverman: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. (Org.). **Infoproletários**; degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009. p. 59-88.

BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em: <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em: 21/01/2010.

BUSTAMANTE RODRÍGUEZ, Antonio Tomás; PADIAL LEÓN, Alicia. Perspectiva ética y deontológica para la profesión bibliotecaria. **Biblios**, v. 4, n. 16, jul./dec. 2003. Disponível em: http://eprints.rclis.org/es/index.php?action=show_detail_eprint&id=2318. Acesso em 10/10/2009.

CAPES. Disponível em: <http://www.capes.gov.br> . Acesso em 21/01/2010.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**; a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1994.

_____. **O tao da física**; um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental. São Paulo: Cultrix, 1993.

_____; STEINDL-RAST; David; MATUS, Thomas. **Pertencendo ao universo**; explorações nas fronteiras da ciência e da espiritualidade. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARVALHO, Helder Bueno Aires de. Alasdair MacIntyre e o retorno às tradições morais da pesquisa racional. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 31-64.

CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de. Por uma ética ilustrada e progressista: uma defesa do utilitarismo. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 99-118.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O fim do milênio**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003. 559p. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, 3 v.).

CASTRO, César. **História da biblioteconomia brasileira**. Brasília: Thesaurus, 2000.

CÓDIGO DE ÉTICA BIBLIOTECÁRIA. In: KRAMER, G. (Org.). **Notas bibliotecológicas**. México: Pax-Mexico, 1972. p. 179-183.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Bibliografia sobre ética: fundamentos e ética profissional do bibliotecário: 2003-2005**. Brasília: 2006. 47 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Comissão de Ética Profissional – 14. Gestão. **Bibliografia sobre ética: fundamentos e ética profissional do bibliotecário: 2006-2008**. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: 2006. 1 CD-Rom.

CÔRTE, Adelaide Ramos; LIMA, Justino Alves. CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (CBBID), Relatório final. Brasília, 11 jul. 2007. p.6.

CREMASCHI, Sergio. Tendências neoaristotélicas na ética atual. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 9-30.

CRESTANA, Maria Fazanelli. Bibliotecários da área médica: o discurso a respeito da profissão. **Perspect. Cienc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 134-149, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/viewFile/365/183>. Acesso em: 21/01/2010.

DAWKINS, Richard. **O gene egoísta**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Univ. S. Paulo, 1979. 230p.

DRUCK, Graça ; FRANCO, Tânia. A ALCA e as principais implicações para o trabalho e a saúde dos trabalhadores. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. 2003, vol.8, n.4, pp. 875-885. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1413-81232003000400010&script=sci_arttext. Acesso em: 01/02/2010.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001. 134p.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

_____. **Lições de sociologia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DYSON, Freeman. **O sol, o genoma e a internet; ferramentas das revoluções científicas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

ECO, Umberto; MARTINI, Carlo Maria. **Em que crêem os que não crêem?** 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 156p.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. 2 v. 307p.

_____. **O processo civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. 1 v. 271p.

ELIAS, Norbert; SCHROTER, Michael. **A sociedade dos indivíduos.** Lisboa: D. Quixote, 1993. 258p.

FELIPE, Sonia. Rawls: uma teoria ético-política da justiça. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 133-162.

FERNÁNDEZ DE ZAMORA, Rosa María. **Codes of Ethics in Latin America.** In: WORLD LIBRARY AND INFORMATION CONGRESS: 69th IFLA General Conference and Council. Berlim, 1-9 August 2003. Disponível em: <http://archive.ifla.org/IV/ifla69/papers/087e-Fernandez-de-Zamora.pdf>. Acesso em: 21/12/2009.

FERREIRA, Carminda Nogueira de Castro. **1954-1979: jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação:** temários, autores, trabalhos apresentados, recomendações. Curitiba: 1979.

FROEHLICH, T. A brief history of information ethics. **BiD: textos universitaris de biblioteconomia i documentació**, n. 13, des. 2004. Disponível em: http://www2.ub.es/bid/consulta_articulos.php?fichero=13froel2.htm. Acesso: 21/07/2009.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade.** São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HARE, Richard Mervyn. **Ética: problemas e propostas.** São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

ICIE. Disponível em: <http://icie.zkm.de/>. Acesso em: 21/12/2009.

IFLA. Professional Codes of Ethics for Librarians. Disponível em: <http://www.ifla.org/en/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians>. Acesso em: 21/12/2009.

INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 21/12/2009.

JAVIER HERRERO, F. Ética do discurso. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 163-192.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos:** uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livro, 2005.

_____. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos).** Caxias do Sul: EDUCS, 2003.

LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. (Org.). **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**; o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

_____. **O que é o virtual?**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

LOBATO, Monteiro. **América**. 14.ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

LOPARIC, Zeljko. Ética da finitude. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 65-78.

MAGRONE, Eduardo. O Impacto do Processo de Massificação do Ensino sobre a Autoridade Docente: uma tentativa de interpretação. Reunião Anual da ANPED, 27, 2004. GT: Sociologia da Educação /n.14. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt14/t146.pdf>. Acesso em 17/07/2007.

MARCHIONNI, Antonio. **Ética**; a arte do bom. Petrópolis: Vozes, 2008.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de ética de Platão a Foucault**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007. 157p.

MARENCO, Lúcia. A sociedade informacional e seu mercado de trabalho. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 1, n.1, p. 19-31, 1996. Disponível em: <http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/viewArticle/308/346>. Acesso em: 21/01/2010.

MOORE, Nick. A sociedade da informação. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **A informação**: tendências para o novo milênio. Brasília, 1999. p.94-108.

NYE JR., Joseph. **O paradoxo do poder americano**. São Paulo: UNESP, 2002.

OIT. Brasil. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 21/01/2010.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 255p. (a)

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Ética intencionalista-teleológica em Vittorio Hösle. In: _____. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 235-255. (b)

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da ciência da informação. In: ____ (Org.). **Ciência da informação e biblioteconomia**; novos conteúdos e espaço de atuação. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 9-28. (c)

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates de. **Um estudo da auto-imagem profissional do bibliotecário**. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia. Faculdade de Estudos Sociais Aplicados; UNB), 1980. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/1368>. Acesso em: 21/01/2010. (d)

ORTEGA Y GASSET, Don José. **Misión Del Bibliotecario**. México: ED LVI Legislatura de La H. Cámara de Diputados e seu Comité de Biblioteca e Información, 1997.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PASTORE, José. **Artigos**. Disponível em: <http://www.josepastore.com.br/artigos.htm>. Acesso em: 21/01/2010.

PEREIRA, E.; OLIVEIRA, Angela Maria. Os bibliotecários e os profissionais independentes em informação à luz da nova classificação brasileira de ocupações (CBO 2002). **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 9, n. 18, 2004. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/162>. Acesso em: 21/01/2010.

PIVATTO, Pergentino S. Ética da alteridade. In: OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. (Org.). **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 79-98.

POSTMAN, Neil. **Tecnopólio**; a rendição da cultura à tecnologia. São Paulo: Nobel, 1994.

PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**; tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.

RAPOSO, Erivan da Silva. Gestão da informação: reflexões a partir da Câmara dos Deputados. II CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, Porto Alegre, RS, 23-27 jul. 2006. Disponível em: http://www.aargs.com.br/cna/anais/erivan_raposo.pdf. Acesso: 10/05/2007.

RASCHE, Francisca. **Ética em bibliotecas públicas**: representações de ética de profissionais da informação bibliotecários. Florianópolis, 2005. 280f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://150.162.90.250/teses/PCIN0002.pdf>. Acesso em: 20/10/2009.

RODRÍGUEZ, Antonio Tomás Bustamante; LEÓN, Alicia Padial. Perspectiva ética y deontológica para la profesión bibliotecaria. **Biblios**, v. 4, n. 16, p.33-53, jul./dez. 2003.

RUSSO, Laura G. Moreno. **A biblioteconomia brasileira: 1915-1965**. Rio de Janeiro: INL, 1966.

SANTOS, Daniel Moita Z. dos. **Flexibilização da norma trabalhista no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Relações de Trabalho. Universidade de Caxias do Sul). Caxias do Sul, 2005.

SANTOS, Raimundo N. M. dos; KOBASHI, Nair Y.; IGAMI, Mery P. Z.; BRESSIANI, José C. **Análise cienciométrica de produção científica por meio de dissertações e teses: uma experiência brasileira**. Disponível em: <http://scientia.incubadora.fapesp.br/portal/artigos-e-trabalhos-do-grupo/2-analise-cienciométrica-de-producao-científica-por-meio-de-dissertacoes-e-teses-uma-experiencia-brasileira/> . Acesso em 21/01/2010.

SCHAFF, Adam. **A sociedade informática**; as conseqüências sociais da segunda revolução industrial. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

SEBBAH, François-David. **Lévinas**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, José Fernando Modesto da. O impacto tecnológico no exercício profissional em Ciência da Informação: o bibliotecário. In: VALENTIM, Marta Lúcia (Org.). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p. 83-96.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **Ética e deontologia**: textos para profissionais atuantes em bibliotecas. Florianópolis: EDUFSC, 2002. 165p.

_____. **O ensino da biblioteconomia no contexto brasileiro**: século XX. Florianópolis: EDUFSC, 2009.

_____. **Modernização e biblioteconomia nova no Brasil**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

TOFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Ed. Record, © 1980.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. p.242-256.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. 267p.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; VIEIRA, Marcelo M. F. **A dialética da pós-modernidade**: a sociedade em transformação. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

VILAN FILHO, Jayme Leiro; SOUZA, Held Barbosa de; MUELLER, Suzana. Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2008. Disponível em: <http://www.eci.ufmg.br/pcionline/index.php/pci/article/view/586>. Acesso: 28/02/2009.

VIRILIO, Paul. **O espaço crítico e as perspectivas do tempo real.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.